cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.04.05 06:22:11 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 5 de abril de 2023 • Nº 1534 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

BANCO MUNDIAL

PIB da AL e Caribe deve crescer 1,4% este ano

O Banco Mundial estima que a economia da América Latina e Caribe crescerá 1,4% este ano, a "uma taxa abaixo do esperado e a mais baixa globalmente". As razões para a piorara nas perspectivas da região são o preço mais baixo das commodities (bens primários com cotação internacional), as taxas de juros mais altas nos países desenvolvidos e a recuperação instável da China. Segundo a instituição, para 2024 e 2025 são esperadas taxas de 2,4%, ainda consideradas muito baixas para "progressos significativos na redução da pobreza". No entanto, o Banco Mundial avalia que as economias da região têm se mostrado "relativamente resilientes diante do aumento do estresse da dívida. PÁGINA 2

FENABRAVE

Venda de veículos sobe 21% no 1º trimestre

A venda de veículos automotores novos acumula alta de 21% no primeiro trimestre ante o mesmo período do ano passado, aponta balanço da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Nos três primeiros meses do ano foram emplacadas 878.817 unidades contra as 726.272 de janeiro a março de 2022. Na comparação mensal, houve crescimento de 33,4% em março em relação ao mesmo mês de 2022. Também houve alta de fevereiro para março de 48,7%%. O volume total de veículos emplacados em março chegou a 365.012. Em fevereiro, foram 245.393 unidades. Em março do ano passado, foram negociados 273.549 veículos. O presidente da Fenabrave, Andreta Jr, disse que apesar do aumento percentual, o setor ainda não viu recuperação para os níveis obtidos até 2019, antes da pandemia. Segundo ele, a alta global foi potencializada pela diferença de dias úteis de março (23 dias) ante fevereiro (18 dias) e pelo baixo resultado nas vendas do 1º trimestre de 2022. PÁGINA 2

EDUCAÇÃO

Governo suspende cronograma de efetivação do Novo Ensino Médio

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

O governo federal oficializou a suspensão do cronograma de implementação do Novo Ensino Médio. A decisão, que vinha sendo aguardada nos últimos dias, será publicada em portaria do Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União (DOU), mas já foi antecipada pelo titular da pasta, Camilo Santana (foto), em entrevista a jornalistas, na tarde desta terça-feira, em Brasília. "Nós reconhecemos que não houve um diálogo mais aprofundado da sua implementação, não houve uma coordenação por parte do Ministério da Educação. O ministério foi omisso, principalmente no período difícil que foi a pandemia nesse país, e há a necessidade de a gente poder rever toda essa discussão", afirmou Santana. Mais cedo, ele se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e discutiu o assunto. PÁGINA 11

EUA

Trump vira 1º ex-presidente réu em caso criminal

PÁGINA 12

MINAS GERAIS

Aumento 'vergonhoso' para Zema vai a 2º turno

PÁGINA 11

Defesa dos bancos

MARCELO CASAL JR/ABRASIL

BC não quer nem discutir teto para juros no cartão de crédito

O diretor de regulação do Banco Central (BC), Otávio Damaso (**foto**), afirmou ontem que a criação de um teto para os juros do rotativo do cartão de crédito não está em discussão na autarquia. Estes juros são cobrados quando o cliente deixa de pagar uma fatura, ou paga uma parte do valor total. Segundo dados do BC (Banco Central), a taxa média cobrada pelos bancos nesta linha supera os 400% ao ano. "É uma indústria muito grande, complexa. O regulador tem que agir com cuidado", disse Damaso durante evento promovido pelo Bradesco BBI. Na semana passada, após sair de uma reunião com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tratou do tema. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,36% / 101.869,45 / 363,27 / Volume: R$ 20.338.489.183 / Negócios: 3.284.725

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
REDE D OR ON NM	21.810	+4.55	+0.950
PETRORIO ON NM	33.85	+4.48	+1.45
HYPERA ON EJ NM	37.88	+4.04	+1.47
TIM ON NM	12.76	+3.40	+0.42
BTGP BANCO UNT N2	20.22	+2.95	+0.58

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
CVC BRASIL ON NM	2.82	–5.37	–0.16
GOL PN N2	6.20	–3.43	–0.22
VIA ON NM	1.73	–4.42	–0.08
3R PETROLEUMON NM	28.870	–3.54	–1.060
GRUPO NATURAON NM	13.11	–3.39	–0.46

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
ALE ON NM	78.04	–2.83	–2.27
PETROBRAS PN N2	24.27	–0.90	–0.22
GRUPO NATURAON NM	13.11	–3.39	–0.46
PETRORIO ON NM	33.85	+4.48	+1.45
BRADESCO PN EJ N1	13.11	+2.23	+0.29

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.402,38	-0,59
NASDAQ Composite	12.126,326	-0,52
Euro STOXX 50	4.318,34	+0,26
CAC 40	7.363,03	+0,23
FTSE 100	7.634,52	-0,50
DAX 30	15.603,47	+0,14

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,05% (mar.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA (5)	0,76% (mar.)	Compra: 5,6228	Venda: 5,8028
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(22/03)	13,75%	0,10	até o dia 04/abr.	Compra: 5,0756	Venda: 5,0762
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(5/4)	0,58%	BM&F/grama	R$ 327,00	Compra: 5,0817	Venda: 5,0824
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(abr./04)	0,1742%	Compra: 5,5678	Venda: 5,5684	Compra: 5,1002	Venda: 5,2802

Economia

MERCADOS

Bolsa fecha em alta de 0,36% com falas de Haddad; dólar sobe

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta ontem, com os investidores reagindo bem ao tom adotado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao tratar das novas regras fiscais. Os bancos, que têm peso importante no Ibovespa (Índice Bovespa), subiram e compensaram as quedas de Petrobras e Vale.

O Ibovespa fechou em alta de 0,36%, a 101.869 pontos. Na máxima do dia, o índice chegou a superar os 103 mil pontos. O dólar comercial à vista subiu 0,25%, a R$ 5,083. Isso depois de cair de R$ 5,28 para R$ 5,07 em sete pregões até esta segunda-feira passada.

No mercado de juros futuros, as taxas subiram nos vencimentos mais curtos, e caíram nos mais longos. Nos contratos com vencimento em janeiro de 2024, as taxas passaram de 13,20% do fechamento desta segunda-feira para 13,24%. Para janeiro de 2025, os juros avançaram de 11,97% para 12%. No vencimento em janeiro de 2027, a taxa caiu de 12,05% para 12%..

As ações dos bancos refletiram este maior otimismo, e ajudaram o índice a fechar no azul. Itaú Unibanco, Banco do Brasil e Bradesco tiveram altas que variaram entre 1,5% e 2%.

Em compensação, as ações da Vale caíram quase 3%, seguindo a tendência do minério de ferro, que recuou mais de 5% nos últimos dois dias.

As ações da Petrobras, após as altas desta segunda seguindo o petróleo, passaram por um movimento de realização de lucros, com quedas próximas de 1%.

No entanto, os índices de ações em Nova York fecharam em queda, impactados pelas ações dos grandes bancos. O índice Dow Jones encerrou o dia em baixa de 0,59%. O S&P 500 fechou com queda de 0,58%, e o Nasdaq recuou 0,52%.

BANCO MUNDIAL

PIB da AL e Caribe deve crescer 1,4% este ano

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O Banco Mundial estima que a economia da América Latina e Caribe crescerá 1,4% este ano, a "uma taxa abaixo do esperado e a mais baixa globalmente". As razões para a piorara nas perspectivas da região são o preço mais baixo das commodities (bens primários com cotação internacional), as taxas de juros mais altas nos países desenvolvidos e a recuperação instável da China.

Segundo a instituição, para 2024 e 2025 são esperadas taxas de 2,4%, ainda consideradas muito baixas para "progressos significativos na redução da pobreza". No entanto, o Banco Mundial avalia que as economias da região têm se mostrado "relativamente resilientes diante do aumento do estresse da dívida, da inflação e do aumento da incerteza global".

As avaliações e a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos) da América Latina e Caribe está no relatório O Potencial da Integração, Oportunidades Numa Economia Global em Transformação, divulgado ontem pela instituição financeira internacional.

Segundo o relatório, para impulsionar o crescimento, os países precisam preservar sua resiliência e aproveitar as oportunidades da indústria verde e das tendências na economia global de aproximação da cadeia produtiva aos mercados domésticos.

Em comunicado, o vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, Carlos Felipe Jaramillo, disse que a região se recuperou em grande parte da crise da pandemia, mas infelizmente voltou aos baixos níveis de crescimento da década anterior. "Os países precisam urgentemente acelerar o crescimento inclusivo para que todos se beneficiem do desenvolvimento, e isso exigirá manter a estabilidade macroeconômica e aproveitar as oportunidades que a integração comercial oferece hoje", destacou.

Segundo o economista-chefe para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial, William Maloney, a região da América Latina continua sendo uma das menos integradas, enquanto a abertura comercial e os fluxos de investimento estrangeiro direto foram estagnados ou reduzidos nos últimos 20 anos. "Alavancar a extraordinária vantagem comparativa da região na produção de energia sustentável, commodities necessárias para indústrias verdes emergentes, e o capital natural único da região, oferece uma nova fonte potencial de crescimento, mas exigirá políticas para facilitar o acesso a mercados, capital e tecnologia globais", avaliou.

O relatório sugere uma série de políticas públicas para o avanço da integração regional. No longo prazo, essas políticas devem envolver redução de riscos sistêmicos, aumento de investimentos em infraestrutura tradicional e digital e melhoria do capital humano. Já no curto prazo, as sugestões são preservar a estabilidade geral, ao promover avanços regulatórios alfandegários e de transporte, e modernizar as agências de exportação e promoção de investimentos.

INFLAÇÃO

O Banco Mundial avalia que, após se recuperar da pandemia, a região administrou "com relativo sucesso" as múltiplas crises causadas pela guerra da Rússia contra a Ucrânia e as incertezas da economia global. Segundo o relatório, tanto a pobreza quanto o emprego voltaram aos níveis pré-pandêmicos, enquanto a inflação média, à exceção da Argentina e da Venezuela, deve cair para 5% em 2023, depois de atingir 7,9% em 2022, inferior aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 9,4%, e do Leste Europeu, de 18,8%, embora acima da inflação do Leste Asiático (4,7%).

Para o Brasil, segundo William Maloney, a queda nas expectativas de inflação devem levar à redução das taxas de juros. Em março, apesar da desaceleração da economia, o Banco Central do Brasil, não mexeu nos juros. As expectativas do mercado em torno do novo arcabouço fiscal do governo também deve impactar nas próximas decisões do órgão sobre a taxa Selic (juros básicos da economia).

Em relatório divulgado em janeiro, o Banco Mundial previu crescimento de 0,8% para o PIB brasileiro este ano e de 2% em 2024 e 2015.

PORTAL

Governo já pode comprar bens e serviços de forma eletrônica

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) informou que o portal Compras.gov.br já permite que todas as compras governamentais de bens e serviços sejam realizadas de forma eletrônica, após adequações para atender às disposições da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133 /21). Essa possibilidade foi divulgada na segunda-feira (3), durante o lançamento das atualizações do portal. Com as readequações, as compras do governo, incluindo União, estados e municípios, podem ser feitas de forma totalmente eletrônica.

Até o momento, apesar de o governo já realizar o pregão em formato digital, as compras de bens e serviços nas modalidades concorrência, concurso e leilão, ainda ocorriam em procedimentos predominantemente presenciais. Com a nova versão do Compras.gov.br todos os procedimentos podem ocorrer de forma eletrônica, tanto de acordo com a 8.666 quanto com a 14.133. Publicada em 2021, a Lei 14.133 previa vigência de dois anos para a antiga Lei de Licitações, a 8.666/93, além das leis do Regime Diferenciado de Compras (12.462/2011) e do Pregão (10.520/21).

Após esse prazo, somente a nova norma passaria a valer. A previsão era que todas essas normas fossem revogadas no dia 1º de abril de 2023 e as novas regras, adotadas por toda a administração pública direta, autárquica e fundacional do país.

No entanto, uma medida provisória publicada na última sexta-feira prorrogou o prazo para revogação das normas para o último dia útil do ano (29 de dezembro).

FENABRAVE

Venda de veículos acumula alta de 21% no primeiro trimestre

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A venda de veículos automotores novos acumula alta de 21% no primeiro trimestre ante o mesmo período do ano passado, aponta balanço da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Nos três primeiros meses do ano foram emplacadas 878.817 unidades contra as 726.272 de janeiro a março de 2022.

Na comparação mensal, houve crescimento de 33,4% em março em relação ao mesmo mês de 2022. Também houve alta de fevereiro para março de 48,7%%. O volume total de veículos emplacados em março chegou a 365.012. Em fevereiro, foram 245.393 unidades. Em março do ano passado, foram negociados 273.549 veículos.

O presidente da Fenabrave, Andreta Jr, disse que apesar do aumento percentual, o setor ainda não viu recuperação para os níveis obtidos até 2019, antes da pandemia. Segundo ele, a alta global foi potencializada pela diferença de dias úteis de março (23 dias) ante fevereiro (18 dias) e pelo baixo resultado nas vendas do primeiro trimestre do ano passado.

"Estamos diante de um cenário, novamente, desafiador para 2023, que apresenta alto endividamento das famílias, aumento da inadimplência, além da alta de juros e seletividade de crédito por parte das instituições financeiras, o que vem restringindo a demanda por parte do consumidor, que vem perdendo seu poder de compra", disse.

SEGMENTOS

No segmento automóveis e comerciais leves, foram emplacadas 436.802 unidades no trimestre, o que representa uma elevação de 16,6%. Em março foram 186.583, 38,3% a mais do que no mesmo mês de 2022 e 55,7% a mais do que em fevereiro.

O grupo ônibus e caminhões registrou 38.824 unidades emplacadas, 12,4% a mais do que no mesmo período do ano passado. Em março foram 12.326 unidades, com uma elevação de 3,84% ante março de 2022. Na comparação com fevereiro, o aumento foi de 21,6.

ESTADOS

Incentivos fiscais terão mais transparência

Os benefícios fiscais a estados terão mais transparência para evitar perda de arrecadação para a União, disse, ontem, em Brasília, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em conversa com jornalistas, ele afirmou que o governo pretende editar uma medida provisória para evitar que subvenções (ajuda financeira) para investimentos nos estados sejam equiparadas a incentivos para custeio.

"Lei bem feita não tem plano B. Essas coisas não podem mais acontecer no Brasil", afirmou Haddad pouco antes de almoçar com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O encontro tratou dos preparativos para a viagem oficial à China, que ocorrerá na próxima semana.

Segundo o ministro da Fazenda, a medida provisória, que integra o pacote para elevar as receitas do governo e cumprir a promessa de zerar o déficit primário no próximo ano, separará os benefícios fiscais destinados aos estados segundo a finalidade: custeio (gasto com a manutenção da máquina pública) ou investimento (obras e compras de equipamentos públicos).

"Nenhum país que conheço subvenciona custeio. Vamos separar o custeio do investimento e dar transparência (aos incentivos fiscais da União)", declarou.

BAIXA RENDA

Governo pode devolver imposto da cesta básica aos mais pobres

O governo pode devolver todo o imposto arrecadado com a volta da tributação sobre a cesta básica para famílias de baixa renda, dentro do modelo em estudo para a reforma tributária do consumo.

Essa possibilidade foi citada ontem pelo economista Rodrigo Orair, diretor da Secretaria de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, durante evento realizado pelo Bradesco BBI.

Um grupo de trabalho da Câmara ainda estuda qual tratamento será dado na tributação dos alimentos, um dos temas que mais preocupam o setor agropecuário. Há basicamente duas possibilidades na mesa: a tributação desses produtos com devolução do imposto aos mais pobres ou a manutenção da regra atual, que beneficia pobres, ricos e empresas que não repassaram a redução do imposto.

"O melhor é ter o tributo com a base mais ampla, alíquota mais baixa e retornar todo o imposto arrecadado para as famílias de baixa renda", afirmou Orair. Ele frisou que a decisão final será do Congresso Nacional, que já trabalha em cima de duas propostas que tramitam no Parlamento e deve apresentar um novo texto em maio.

Um trabalho de 2021 do movimento Pra Ser Justo, em conjunto com pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), estimou que um sistema de devolução de impostos a pessoas mais pobres pode beneficiar mais de um terço da população com um orçamento inferior ao da desoneração da cesta básica.

Orair afirmou que a expectativa é aprovar as mudanças tributárias na Constituição em 2023 e regulamentar a reforma em 2024. É nessa etapa que pode ser definido o modelo de devolução de imposto.

No ano seguinte, já haveria a substituição de dois tributos (PIS/Cofins) por uma contribuição federal sobre bens e serviços.

Em 2027, começaria a transação dos tributos estaduais e municipais (ICMS e ISS) para um novo imposto sobre bens e serviços, que duraria de quatro a seis anos.

CONGRESSO

Governo deve entregar novo arcabouço fiscal na terça

Inicialmente prevista para chegar nesta semana ao Congresso Nacional, a proposta do novo arcabouço fiscal deverá chegar à Câmara dos Deputados até terça-feira da próxima semana, disse ontem a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Segundo a ministra, a equipe econômica aproveitará o recesso de Semana Santa para fazer os ajustes finais no texto. Tebet participa de audiência no grupo de trabalho da Câmara que discute a reforma tributária. Ela disse que houve uma discussão dentro do governo para enviar o projeto de lei complementar que altera as regras fiscais até amanhã.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Defesa dos bancos

BC não quer nem discutir teto para juros no cartão de crédito

O diretor de regulação do Banco Central (BC), Otávio Damaso, afirmou ontem que a criação de um teto para os juros do rotativo do cartão de crédito não está em discussão na autarquia. Estes juros são cobrados quando o cliente deixa de pagar uma fatura, ou paga uma parte do valor total.

Segundo dados do BC (Banco Central), a taxa média cobrada pelos bancos nesta linha supera os 400% ao ano.

"É uma indústria muito grande, complexa. O regulador tem que agir com cuidado", disse Damaso durante evento promovido pelo Bradesco BBI.

Na semana passada, após sair de uma reunião com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tratou do tema. "Estamos com um grupo de estudos para o rotativo agora. Eu falava com um representante de banco dizendo que isso era ruim para a própria margem deles. É uma coisa que a gente não consegue explicar: independentemente de a Selic estar alta no Banco Central, o rotativo sempre está alto", disse Haddad.

Também presente no evento do Bradesco nesta terça, o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, disse ser contra um teto para os juros do rotativo.

Segundo o representante dos bancos, estabelecer um limite para as taxas praticadas nesta linha é o "menos aconselhável possível, porque vai criar distorções".

O presidente da Febraban pediu prudência ao governo para tratar do assunto, e lembrou o que aconteceu com o crédito consignado, recentemente. Os bancos interromperam a oferta de empréstimos quando o governo tentou reduzir a taxa de 2,14% para 1,74% ao mês. O Ministério da Previdência teve que recuar, e o teto ficou estabelecido em 1,97% ao mês.

"Foi uma intervenção sem racionalidade econômica, voluntariosa. A estrutura de custos para os bancos não era suportável. Foi pedagógico, mostrou a necessidade de diálogo, que não aconteceu dentro do próprio governo", disse Sidney.

Para reforçar a necessidade de uma discussão ampla sobre o tema, o representante do sistema financeiro deu alguns números sobre o tamanho do mercado. "O cartão de crédito movimenta cerca de R$ 2 trilhões em compras por ano. Isso representa 21% do PIB, e 40% do consumo das famílias."

Mesmo com esta relevância, Sidney ressaltou que o tamanho do rotativo do cartão dentro de todo o universo de crédito para pessoas físicas é relativamente pequeno. "O rotativo representa 5% dentro de toda a carteira. O crédito imobiliário tem 34% de participação, o consignado tem 22%."

CONCESSÃO DE LICENÇA

A REDE D'OR SÃO LUIZ SA., CNPJ nº 06.047.087/0032-35 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação-SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/01304, a Licença Ambiental Municipal de Instalação, EIS-LMI-2023/00049 com validade de 48 meses, para construção de edificações de uso exclusivo destinado a Hospital com internação, situada na Rua Francisco Real, 752 com interligação com os nºs 712, 732, 792, lts 14, 15, 16, 17, 35, 36, 40 e 41 da Qd VII (todos do PAA 2055) e com os imóveis da Rua Tupiaçu, 287, 327, 335 e lt 2 do PAL 46907 – Padre Miguel/RJ.

CONCESSÃO DE LICENÇA

SPE RIO 2 LTDA, CNPJ 43.791.907/0001-29, torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/06558.01, Licença Municipal de Instalação - EIS-LMI nº 2023/00043 com validade até 24/03/2027 para Construção de Grupamento Residencial Multifamiliar, Código da Atividade: 26.02.03 - Construções Novas e Acréscimo de Edificações na Rua Rua Franz Weissman, 660 - Jacarepaguá/RJ.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDIREFEIÇÕES-RJ
CNPJ: 32.316.366/0001-60
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Edital de Convocação - O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro – SINDIREFEIÇÕES-RJ – inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, vem pelo presente convocar todos os trabalhadores que prestam serviços nas Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food), Lanchonetes, Pizzarias, Restaurantes a quilo, Restaurantes com rapidez no preparo e no seu atendimento (Auto Atendimento) e Gastronomia de todo o Estado do Rio de Janeiro, sejam associados ou não, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 11 de abril de 2023, na Sede Escola do SindiRefeiçõesRJ, sito à Rua Carlos Chambelland, 256, Vila da Penha, Rio de Janeiro – RJ, ocorrendo em primeira convocação com quórum legal às 10 horas e em segunda e última convocação às 10 horas e 30 minutos, com qualquer número de trabalhadores presentes na assembleia para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação ou Não da Contribuição dos Empregados na base de representação do SindiRefeições-RJ em todo o Estado do Rio de Janeiro, para o custeio das despesas de representação da categoria profissional e fazer constar na Convenção Coletiva de Trabalho de 2023/2024. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2023. **OZIEL ROMUALDO DE PAULA**.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDIREFEIÇÕES-RJ
CNPJ: 32.316.366/0001-60
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Edital de Convocação - O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro – SINDIREFEIÇÕES-RJ – inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, vem pelo presente convocar todos os trabalhadores que prestam serviços nas Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food), Lanchonetes, Pizzarias, Restaurantes a quilo, Restaurantes com rapidez no preparo e no seu atendimento (Auto Atendimento) e Gastronomia de todo o Estado do Rio de Janeiro, sejam ou não associados, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 11 de abril de 2023, na Sede Escola do SindiRefeiçõesRJ sito à Rua Carlos Chambelland, 256, Vila da Penha, Rio de Janeiro – RJ, ocorrendo em primeira convocação com quórum legal, as 08 horas e 30 minutos e, em segunda e última convocação, às 09 horas, com qualquer número de trabalhadores participantes da assembleia, e, em continuidade nas portarias das Empresas e das Lojas dos segmentos citados acima em todo o Estado do Rio de Janeiro, conforme prevê o Estatuto Social, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação, ou Não, da contra proposta apresentada pelo sindicato patronal e as empresas para estabelecer a CCT de 2023/2024 e b) Autorizar ou não a diretoria do sindicato para celebrar e assinar a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2023. **OZIEL ROMUALDO DE PAULA**.

INSTITUTO INTERNACIONAL CORRER BEM
CNPJ 10.705.522/0001-42
Edital Convocação AGO e AGE

Ao dia 13 de abril de 2023, às 18:00 horas, na sede à Rua Monsenhor Jerônimo, nº 248, bairro Engenho de Dentro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.730-110, será realizada a Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária do **INSTITUTO INTERNACIONAL CORRER BEM**, conforme pauta abaixo: AGO: • Aprovar Balanço e Contas; • Aprovar Plano de Trabalho. AGE: • Alteração do Estatuto; • Demais assuntos de interesse. **Fernando Barbosa de Oliveira** - Presidente

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO - FUJB
CNPJ/MF 42.429.480/0001-50
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Ordinária do Conselho de Instituidores e Doadores – ROCID
Pelo presente edital, nos termos do Estatuto da FUJB, ficam convocados os Srs. Membros do Conselho de Instituidores e Doadores da Fundação Universitária José Bonifácio para a ROCID, a ser realizada por videoconferência, no dia **18/04/2023, terça-feira, às 14:15h**, em primeira convocação, havendo quorum, ou, às **14:30h**, em segunda convocação, com qualquer número de pessoas, para deliberarem sobre a pauta: **Aprovação do Relatório de Atividades de 2022** e **Aprovação do Balanço Patrimonial- Prestação de Contas do Exercício de 2022,** de acordo com o Estatuto da FUJB. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.
Kleber Fossati Figueiredo - Presidente da FUJB

UNICOOP'S – COOPERATIVA DE TRANSPORTE EXECUTIVO, TURISMO E FRETAMENTO CALIEL LTDA -
CNPJ/MF N.º 01.662.480/0001-19, NIRE N.º33.4.0001584-3.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Presidente em exercício da **UNICOOP'S** no uso de suas atribuições, vem pelo presente Edital convocar seus associados para a **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada em 16/04/2022, na sede da cooperativa sito a Rua Manoel Fernandes Branco, n.º 121 – SS – 101 – Ilha do Governador, nesta cidade, com primeira convocação para as 07:00 horas, com a presença de 2/3 dos associados, em segunda convocação as 08:00 horas com metade mais um dos associados e em terceira e última convocação as 09:00 horas com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I –Eleição para Presidente da **UNICOOPS**, para cumprir restante do mandato da diretoria. Somente poderão votar os cooperados rigorosamente em dia com suas obrigações sociais. Rio de Janeiro, 05/04/2023.
Antônio Alberto Rodrigues Roque – Presidente.

COMPANHIA CAMINHO AÉREO PÃO DE AÇÚCAR
CNPJ/MF: 33.229.410/0001-68 - NIRE: 33.3.0006711-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: A Diretoria da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("Companhia") vem pelo presente convocar os Acionistas para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada **no dia 12 de abril de 2023, às 10:00 horas**, de forma digital e presencial na Av. Pasteur, 520, Urca, nesta cidade, para deliberarem a respeito das matérias constantes da ordem do dia ("Ordem do Dia"): **Ordem do Dia**: Em **Assembleia Geral Ordinária: i)** Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **(ii)** Destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e distribuição de dividendos; e **(iii)** Fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2023; **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** O organograma geral da Companhia, com cargos e salários para cargos de gerência e superiores, orçamento Anual e de Investimentos para o exercício de 2023; **(ii)** Ratificar a aprovação de certas despesas incorridas pela Companhia, conforme alínea (o) do Artigo 9º. do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Ratificar a aprovação da celebração de contratos por prazo (ou somatório de prazos) superior a 4 (quatro) anos; **(iv)** Alterar o Artigo 6º do estatuto Social da Companhia; e **(v)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações aos acionistas:** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária. Os representantes legais dos acionistas deverão apresentar procuração que outorgue poderes de representação e voto para os temas da ordem do dia. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2023. **SANDRO ROBERTO FERNANDES - DIRETOR PRESIDENTE; SÉRGIO LUIZ GONÇALVES ANDREOLI - DIRETOR FINANCEIRO.**

Elera Renováveis Participações S.A.

CNPJ/MF nº 09.417.715/0001-19

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	25	126	59.102	108.729
Contas a receber	–	–	314.656	327.631
Estoques	–	–	27.215	20.445
Dividendos a receber	131.303	36.580	13.028	10.168
Impostos a recuperar	28	29	51.406	50.908
Despesas antecipadas	–	–	5.748	4.049
Contratos de comercialização de energia	–	–	45.723	94.608
Outros	–	–	21.981	5.361
Total do ativo circulante	**131.356**	**36.735**	**538.859**	**621.899**
Não circulante				
Depósitos restituíveis e valores vinculados	–	–	29.560	36.507
Contas a receber – Indenização	–	–	79.283	–
Contratos de comercialização de energia	–	–	–	7.774
Mútuos a receber	–	–	–	4.221
Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga	–	–	15.770	16.761
Investimento	2.059.371	2.040.707	75.015	71.596
Imobilizado	–	–	3.202.091	2.791.791
Ativo financeiro	–	–	15.979	28.186
Intangível	–	–	94.747	102.696
Arrendamento	–	–	29.713	19.513
Outros	5	–	21.542	3.480
Total do ativo não circulante	**2.059.376**	**2.040.707**	**3.563.700**	**3.082.525**
Total do ativo	**2.190.732**	**2.077.442**	**4.102.559**	**3.704.424**

Passivo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante				
Contas a pagar	2	41	126.457	126.141
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	107.575	317.336
Impostos e contribuições a recolher	–	3	26.920	22.787
Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga	–	–	2.440	2.440
Contratos de comercialização de energia	–	–	40.072	103.528
Salários e encargos sociais	–	–	39.733	35.359
Dividendos a pagar	153.227	67.991	199.788	76.978
Arrendamento	–	–	8.644	7.106
Outras contas a pagar	–	–	5.984	3.556
Total do passivo circulante	**153.229**	**68.035**	**557.613**	**695.231**
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	928.414	917.297
Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga	–	–	12.866	17.226
Contratos de comercialização de energia	–	–	–	7.737
Impostos diferidos	–	–	26.249	–
Provisão para contingências	–	–	17.955	6.167
Arrendamento	–	–	23.727	15.043
Outras contas a pagar	–	–	1.955	274
Total do passivo não circulante	**–**	**–**	**1.011.166**	**963.744**
Patrimônio líquido				
Capital social	901.439	901.439	901.439	901.439
Perda em transações de capital	(15.042)	(15.042)	(15.042)	(15.042)
Reservas de lucros	360.240	303.713	360.240	303.713
Ajustes de avaliação patrimonial	790.866	819.297	790.866	819.297
	2.037.503	**2.009.407**	**2.037.503**	**2.009.407**
Participação de acionistas não controladores	–	–	496.277	36.042
Total do patrimônio líquido	**2.037.503**	**2.009.407**	**2.533.780**	**2.045.449**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.190.732**	**2.077.442**	**4.102.559**	**3.704.424**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	318.826	285.103	358.997	296.200
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**318.826**	**285.103**	**358.997**	**296.200**
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Controladora	318.826	285.103	318.826	285.103
Acionistas não controladores	–	–	40.171	11.097

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional líquida	–	–	**1.512.987**	**1.484.431**
Custo de geração de energia	–	–	(974.722)	(984.339)
Lucro bruto	–	–	538.265	500.092
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(564)	(564)	(153.035)	(120.733)
Resultado com equivalência patrimonial	319.391	286.048	24.570	18.196
Outras (despesas) receitas operacionais	–	–	60.561	729
	318.827	**285.484**	**(67.904)**	**(101.808)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	318.827	285.484	470.361	398.284
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	–	–	36.322	24.637
Despesas financeiras	(1)	(381)	(135.531)	(97.988)
	(1)	**(381)**	**(99.209)**	**(73.351)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	318.826	285.103	371.152	324.933
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	–	–	(31.267)	(28.942)
Diferido	–	–	19.112	209
	–	–	**(12.155)**	**(28.733)**
Lucro líquido do exercício	318.826	285.103	358.997	296.200
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Controladora	318.826	285.103	318.826	285.103
Acionistas não controladores	–	–	40.171	11.097
Lucro básico por ação	0.30	0.27	0.34	0.28
Lucro diluído por ação	0.30	0.27	0.34	0.28

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Perda em transações de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**901.439**	**(15.049)**	**65.360**	**176.375**	**840.260**	**–**	**1.968.385**	**37.981**	**2.006.366**
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	–	(20.963)	20.963	–	–	–
Venda de participação em investida	–	7	–	–	–	–	7	–	7
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	–	(176.375)	–	–	(176.375)	–	(176.375)
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	(10.264)	(10.264)
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	–	–	–	–	–	(11.921)	(11.921)	–	(11.921)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	285.103	285.103	11.097	296.200
Constituição de reserva legal	–	–	14.255	–	–	(14.255)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(55.792)	(55.792)	(2.772)	(58.564)
Reserva de dividendos complementares	–	–	–	224.098	–	(224.098)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**901.439**	**(15.042)**	**79.615**	**224.098**	**819.297**	**–**	**2.009.407**	**36.042**	**2.045.449**
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	–	(21.431)	21.431	–	–	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	–	(208.009)	–	–	(208.009)	–	(208.009)
Impostos sobre a Reavaliação Positiva – Braúna	–	–	–	–	(7.000)	–	(7.000)	(1.574)	(8.574)
Incorporação de Itiquira pela Elera	–	–	–	–	–	–	–	449.281	449.281
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	(8.877)	(8.877)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	318.826	318.826	40.171	358.997
Constituição de reserva legal	–	–	15.941	–	–	(15.941)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(75.721)	(75.721)	(18.767)	(94.488)
Reserva de dividendos complementares	–	–	–	248.595	–	(248.595)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**901.439**	**(15.042)**	**95.556**	**264.684**	**790.866**	**–**	**2.037.503**	**496.277**	**2.533.780**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	318.826	285.103	358.997	296.200
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	–	–	142.682	104.735
Encargos financeiros, líquidos	–	–	124.770	47.793
Depreciação de arrendamento	–	–	8.285	6.967
Juros sobre arrendamento	–	–	3.166	1.737
Baixa de ativo imobilizado e intangível	–	–	8.787	39.212
Baixa de ativo financeiro	–	–	–	860
Baixa de arrendamento	–	–	(1.917)	–
Resultado de equivalência patrimonial	(319.391)	(286.048)	(24.570)	(18.196)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	–	–	(14.534)	9.499
Provisão para contingências	–	–	1.820	1.161
Extensão da outorga	–	–	–	(70.838)
Impostos diferidos	–	–	(19.112)	(209)
Atualização monetária do UBP e ativo financeiro	–	–	(151)	107
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	–	100.000	30.798	123.300
Contas a receber – Indenização	–	–	(79.283)	–
Estoques	–	–	(400)	(2.053)
Impostos a recuperar	1	–	6.323	(2.133)
Despesas antecipadas	–	–	353	(1.643)
Outros	(5)	–	(8.115)	11.562
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar	(39)	(99.974)	(24.450)	(126.239)
Salários e encargos sociais	–	–	3.557	4.255
Impostos e contribuições a recolher	(3)	3	(2.527)	2.344
Contas a pagar risco hidrológico	–	–	–	(178.623)
Uso do Bem Público (UBP) – direito de outorga	–	–	(4.935)	(4.186)
Outras contas a pagar	–	–	(129)	(106)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(611)	(916)	509.415	245.506
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Depósitos restituíveis e valores vinculados	–	–	6.947	(27.662)
Dividendos recebidos	199.005	219.768	18.291	10.600
Liberação de recursos para partes relacionadas	–	–	–	(3.971)
Recebimento de indenização sobre ativo financeiro	–	–	12.931	7.400
Venda de participação acionária em investida	–	–	–	2.300
Redução de capital em empresas investidas	–	–	–	2.218
Ganho em transações de capital	–	–	–	7
Adiantamento para futuro aumento de capital realizados	–	–	–	25
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	–	–	(115.073)	(282.154)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	199.005	219.768	(76.904)	(291.237)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	6.532	587.551
Amortização de despesa de contratação	–	–	664	(2.010)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	–	–	(193.104)	(280.687)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	–	–	(99.509)	(29.203)
Dividendos pagos	(198.495)	(218.800)	(230.627)	(229.893)
Pagamento de principal e juros de arrendamento	–	–	(9.671)	(7.583)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(198.495)	(218.800)	(525.715)	38.175
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(101)**	**52**	**(93.204)**	**(7.556)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	126	74	108.728	116.284
Adição de caixa por incorporação de Itiquira	–	–	43.577	–
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	25	126	59.101	108.728
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(101)**	**52**	**(93.204)**	**(7.556)**
Informações complementares:				
Valores pagos de IR:	–	–	16.442	14.046
Valores pagos de CS:	–	–	8.924	7.331
Adição de imobilizado sem efeito caixa de São Luiz	–	–	10.175	26.384

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Kleber Ribeiro Cosenza – Diretor CPF: 158.813.856-91
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC: 1SP-217225/O-5
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC: RJ-119036-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Central Geradora Eólica Seridó XII S.A.

CNPJ/MF nº 36.641.357/0001-04

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2022	2021 (Não auditado)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	52	–
Contas a receber	574	–
Impostos a recuperar	21	–
Total do ativo circulante	647	–
Não circulante		
Imobilizado	48.457	–
Total do ativo não circulante	48.457	–
Total do ativo	49.104	–
Passivo	**2022**	**2021 (Não auditado)**
Circulante		
Contas a pagar	24.236	–
Total do passivo circulante	24.236	–
Patrimônio líquido		
Capital social	24.876	1
Prejuízo acumulado	(8)	(1)
Total do patrimônio líquido	24.868	–
Total do passivo e do patrimônio líquido	49.104	–

Carlos Gustavo Nogari Andrioli
Diretor CPF: 861.403.379-68

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor CPF: 071.000.747-70

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira
Contadora CRC RJ 119.036-O

Hamilton Ferreira da Silva
Controller CRC ISP 217.225-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	(7)	(1)
	(7)	(1)
Prejuízo do exercício	(7)	(1)

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(7)	(1)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	(7)	(1)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	–	–	–	–	–
Aumento de capital – Constituição da Companhia	1	–	1	–	1
Prejuízo do exercício	–	(1)	(1)	–	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	1	(1)	–	–	–
Aumento de capital ocorrida no exercício	23.663	–	23.663	–	23.663
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	1.212	1.212
Aumento de capital via capitalização de AFAC	1.212	–	1.212	(1.212)	–
Prejuízo do exercício	–	(7)	(7)	–	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	24.876	(8)	24.868	–	24.868

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(7)	(1)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(574)	–
Impostos a recuperar	(21)	–
Aumento nos passivos operacionais		
Contas a pagar	24.236	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	23.634	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(48.457)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(48.457)	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	24.875	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	24.875	1
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	52	–
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	–	–
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	52	–
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	52	–

Phoenix Geração de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 11.150.969/0001-65

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	490	8.994	Contas a pagar	1.265	1.957
Depósitos restituíveis e valores vinculados	2.411	–	Empréstimos e financiamentos	9.040	8.964
Contas a receber	6.650	6.545	Impostos e contribuições a recolher	1.224	1.126
Estoques	1.065	1.046	Dividendos a pagar	2.643	4.605
Impostos a recuperar	99	70	Arrendamento	130	112
Outros	345	273	Contas a pagar risco hidrológico	–	4.146
Total do ativo circulante	11.060	16.928	Outras contas a pagar	134	164
			Total do passivo circulante	14.436	21.074
			Não circulante		
Não circulante			Empréstimos e financiamentos	124.347	131.941
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5.687	4.966	Provisão para contingências	603	–
Imobilizado	295.029	303.096	Arrendamento	125	233
Arrendamento	213	317	**Total do passivo não circulante**	125.075	132.174
Total do ativo não circulante	300.929	308.379	**Patrimônio líquido**		
			Capital social	157.930	157.930
			Reservas de lucros	14.548	14.129
			Total do patrimônio líquido	172.478	172.059
Total do ativo	311.989	325.307	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	311.989	325.307

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021		2022	2021
Receita operacional líquida	49.962	42.154	**Resultado financeiro**		
Custo de geração de energia	(18.042)	(20.868)	Receitas financeiras	904	2.404
Lucro bruto	31.920	21.286	Despesas financeiras	(13.058)	(22.414)
Despesas operacionais				(12.154)	(20.010)
Gerais e administrativas	(653)	(579)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.879	343
Outras receitas (despesas) operacionais	766	(354)	**Imposto de renda e contribuição social**		
	113	(933)	Corrente	(2.172)	(2.162)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	32.033	20.353		(2.172)	(2.162)
			Lucro líquido (prejuízo) do exercício	17.707	(1.819)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	157.930	1.046	14.902	–	173.878
Prejuízo do exercício	–	–	–	(1.819)	(1.819)
Absorção de prejuízo do exercício	–	–	(1.819)	1.819	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	157.930	1.046	13.083	–	172.059
Declarações de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(13.083)	–	(13.083)
Declaração de dividendos intermediários	–	–	–	(2.062)	(2.062)
Lucro do exercício	–	–	–	17.707	17.707
Constituição de reserva legal	–	885	–	(885)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.143)	(2.143)
Constituição de reserva de lucros	–	–	12.617	(12.617)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	157.930	1.931	12.617	–	172.478

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	17.707	(1.819)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	17.707	(1.819)

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	17.707	(1.819)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa		
Depreciação de ativo imobilizado	8.036	8.065
Depreciação de arrendamento	119	32
Juros de arrendamento	23	8
Extensão de outorga	–	(94)
Encargos financeiros, líquidos	11.915	10.068
Atualização monetária risco hidrológico	–	10.176
Baixa de ativo imobilizado	114	143
Provisão para contingências	603	(12)
Amortização de despesa de contrtação	172	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(105)	1.699
Estoques	(19)	4
Impostos a recuperar	(29)	14
Outros	(72)	(124)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	(692)	371
Impostos e contribuições a recolher	98	(374)
Contas a pagar risco hidrológico	(4.146)	(15.347)
Outras contas a pagar	(30)	164
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	33.694	12.974
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	(3.132)	(177)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(83)	(554)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(3.215)	(731)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(19.250)	(362)
Pagamento de arrendamento	(128)	(12)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(8.707)	(8.684)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(10.898)	(9.875)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(38.983)	(18.933)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	(8.504)	(6.690)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8.994	15.684
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	490	8.994
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(8.504)	(6.690)
Informações complementares:		
Valores pagos de IR:	1.220	1.661
Valores pagos de CS:	685	798

Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.199.572/0001-16

Balanço patrimonial – 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.468	4.302	Contas a pagar	1.511	3.398
Contas a receber	2.624	4.194	Empréstimos e financiamentos	8.030	7.983
Estoques	1.093	1.003	Impostos e contribuições a recolher	538	625
Impostos a recuperar	139	269	Dividendos a pagar	–	2.184
Despesas antecipadas	252	219	Arrendamento	141	80
Total do ativo circulante	5.576	9.987	Outras contas a pagar	34	32
			Total do passivo circulante	10.254	14.302
			Não circulante		
Não circulante			Empréstimos e financiamentos	42.133	49.613
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5.979	6.075	Provisão para contingências	24	–
Imobilizado	167.527	171.014	Arrendamento	–	32
Arrendamento	93	71	**Total do passivo não circulante**	42.157	49.645
Total do ativo não circulante	173.599	177.160	**Patrimônio líquido**		
			Capital social	115.438	115.438
			Reservas de lucros	11.326	7.762
			Total do patrimônio líquido	126.764	123.200
Total do ativo	179.175	187.147	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	179.175	187.147

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021		2022	2021
			Resultado financeiro		
Receita operacional líquida	30.059	44.815	Receitas financeiras	994	2.234
Custo de geração de energia	(10.489)	(27.463)	Despesas financeiras	(4.875)	(8.753)
Lucro bruto	19.570	17.352		(3.881)	(6.519)
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	(131)	(106)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.173	11.375
Outras (despesas) receitas operacionais	(385)	648	Imposto de renda e contribuição social		
	(516)	542	Corrente	(1.292)	(2.180)
				(1.292)	(2.180)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	19.054	17.894	Lucro líquido do exercício	13.881	9.195

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	124.638	751	10.702	–	136.091
Redução de capital	(9.200)	–	–	–	(9.200)
Declaração de dividendos	–	–	(10.702)	–	(10.702)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	9.195	9.195
Constituição de reserva legal	–	460	–	(460)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.184)	(2.184)
Constituição de reserva de lucros	–	–	6.551	(6.551)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	115.438	1.211	6.551	–	123.200
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(6.551)	–	(6.551)
Declaração de dividendos intermediários	–	–	–	(3.766)	(3.766)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	13.881	13.881
Constituição de reserva legal	–	694	–	(694)	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	9.421	(9.421)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	115.438	1.905	9.421	–	126.764

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	13.880	9.195
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	13.880	9.195

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro líquido do exercício	13.881	9.195
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa		
Depreciação de ativo imobilizado	5.478	5.368
Extensão de outorga	–	(986)
Depreciação de arrendamento	168	71
Juros sobre arrendamento	6	9
Juros sobre contas a pagar risco hidrológico	–	4.336
Encargos financeiros, líquidos	4.846	4.390
Baixa de ativo imobilizado	11	151
Provisão para contingências	24	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	1.570	359
Estoques	(90)	(35)
Impostos a recuperar	130	(137)
Despesas antecipadas	(33)	(100)
Outros	–	64
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	(1.887)	1.573
Impostos e contribuições a recolher	(87)	66
Contas a pagar risco hidrológico	–	(30.185)
Outras contas a pagar	2	32
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	24.019	(5.829)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	96	(3.036)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(2.002)	(512)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.906)	(3.548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(7.811)	(7.791)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(4.468)	(4.396)
Pagamento de arrendamento	(167)	(76)
Redução de capital	–	(9.200)
Dividendos pagos	(12.501)	(14.269)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(24.947)	(35.732)
Diminuição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(2.834)	(45.109)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4.302	49.411
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	1.468	4.302
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(2.834)	(45.109)
Informações complementares:		
Valores pagos de IR:	657	1.177
Valores pagos de CS:	480	662

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Central Geradora Eólica Seridó X S.A.

CNPJ/MF nº 36.641.948/0001-73

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2022	2021 (Não auditado)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	34	–
Contas a receber	493	–
Impostos a recuperar	16	–
Total do ativo circulante	**543**	**–**
Não circulante		
Imobilizado	41.415	–
Total do ativo não circulante	**41.415**	**–**
Total do ativo	**41.958**	**–**
Passivo	**2022**	**2021 (Não auditado)**
Circulante		
Contas a pagar	20.804	–
Total do passivo circulante	**20.804**	**–**
Patrimônio líquido		
Capital social	21.162	1
Prejuízo acumulado	(8)	(1)
Total do patrimônio líquido	**21.154**	**–**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**41.958**	**–**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021 (Não auditado)
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	(7)	(1)
	(7)	**(1)**
Prejuízo do exercício	(7)	(1)

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Aumento de capital – Constituição da Companhia	1	–	1	–	1
Prejuízo do exercício	–	(1)	(1)	–	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	**1**	**(1)**	**–**	**–**	**–**
Aumento de capital ocorrida no exercício	20.309	–	20.309	–	20.309
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	852	852
Aumento de capital via capitalização de AFAC	852	–	852	(852)	–
Prejuízo do exercício	–	(7)	(7)	–	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**21.162**	**(8)**	**21.154**	**–**	**21.154**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(7)	(1)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(493)	–
Impostos a recuperar	(16)	–
Aumento nos passivos operacionais		
Contas a pagar	20.804	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	20.288	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(41.415)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(41.415)	–

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(7)	(1)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**(7)**	**(1)**

	2022	2021 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	21.161	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	21.161	1
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	**34**	**–**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	–	–
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	34	–
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	**34**	**–**

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.

CNPJ/MF nº 36.641.855/0001-49

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2022	2021 (Não auditado)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	34	–
Contas a receber	493	–
Impostos a recuperar	16	–
Total do ativo circulante	**543**	**–**
Não circulante		
Imobilizado	41.415	–
Total do ativo não circulante	**41.415**	**–**
Total do ativo	**41.958**	**–**
Passivo	**2022**	**2021 (Não auditado)**
Circulante		
Contas a pagar	20.804	–
Total do passivo circulante	**20.804**	**–**
Patrimônio líquido		
Capital social	21.162	1
Prejuízo acumulado	(8)	(1)
Total do patrimônio líquido	**21.154**	**–**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**41.958**	**–**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021 (Não auditado)
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	(7)	(1)
	(7)	**(1)**
Prejuízo do exercício	(7)	(1)

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Aumento de capital – Constituição da Companhia	1	–	1	–	1
Prejuízo do exercício	–	(1)	(1)	–	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	**1**	**(1)**	**–**	**–**	**–**
Aumento de capital ocorrida no exercício	20.309	–	20.309	–	20.309
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	852	852
Aumento de capital via capitalização de AFAC	852	–	852	(852)	–
Prejuízo do exercício	–	(7)	(7)	–	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**21.162**	**(8)**	**21.154**	**–**	**21.154**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(7)	(1)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(493)	–
Impostos a recuperar	(16)	–
Aumento nos passivos operacionais		
Contas a pagar	20.804	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	20.288	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(41.415)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(41.415)	–

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(7)	(1)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**(7)**	**(1)**

	2022	2021 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	21.161	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	21.161	1
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	**34**	**–**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	–	–
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	34	–
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	**34**	**–**

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Central Geradora Eólica Seridó I S.A.

CNPJ/MF nº 38.263.175/0001-64

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	2022	2021 (Não auditado)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**51**	**–**
Contas a receber	**125.519**	–
Impostos a recuperar	**630**	–
Despesas antecipadas	**5**	–
Total do ativo circulante	**126.205**	–
Não circulante		
Imobilizado	**37.398**	–
Total do ativo não circulante	**37.398**	–
Total do ativo	**163.603**	**–**

Passivo	2022	2021 (Não auditado)
Circulante		
Contas a pagar	**7.133**	**–**
Total do passivo circulante	**7.133**	–
Patrimônio líquido		
Capital social	**156.478**	1
Prejuízo acumulado	**(8)**	(1)
Total do patrimônio líquido	**156.470**	–
Total do passivo e do patrimônio líquido	**163.603**	**–**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	**(7)**	**(1)**
	(7)	**(1)**
Prejuízo do exercício	**(7)**	(1)

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	**(7)**	(1)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**(7)**	(1)

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total Patrimônio Líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	–	–	–	–	–
Aumento de capital – Constituição da Companhia	1	–	1	–	1
Prejuízo do exercício	–	(1)	(1)	–	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	1	(1)	–	–	–
Aumento de capital ocorrida no exercício	**16.955**	–	**16.955**	–	**16.955**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	**139.522**	**139.522**
Aumento de capital via capitalização de AFAC	**139.522**	–	**139.522**	**(139.522)**	–
Prejuízo do exercício	–	**(7)**	**(7)**	–	**(7)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**156.478**	**(8)**	**156.470**	–	**156.470**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(7)**	(1)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	**(125.519)**	–
Impostos a recuperar	**(630)**	–
Despesas antecipadas	**(5)**	–
Aumento nos passivos operacionais		
Contas a pagar	**7.133**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(119.028)**	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	**(37.398)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(37.398)**	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	**156.477**	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**156.477**	1
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	**51**	–
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	–	–
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**51**	–
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	**51**	–

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.

CNPJ/MF nº 38.419.561/0001-00

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2022	2021 (Não auditado)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**47**	**–**
Contas a receber	**493**	–
Impostos a recuperar	**20**	–
Total do ativo circulante	**560**	**–**
Não circulante		
Imobilizado	**41.438**	**–**
Total do ativo não circulante	**41.438**	**–**
Total do ativo	**41.998**	–
Passivo	**2022**	**2021 (Não auditado)**
Circulante		
Contas a pagar	**20.804**	–
Total do passivo circulante	**20.804**	–
Patrimônio líquido		
Capital social	**21.212**	**1**
Prejuízo acumulado	**(18)**	**(1)**
Total do patrimônio líquido	**21.194**	–
Total do passivo e do patrimônio líquido	**41.998**	–

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	–	–	–	–	–
Aumento de capital – Constituição da Companhia	1	–	1	–	1
Prejuízo do exercício	–	(1)	(1)	–	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	1	(1)	–	–	–
Aumento de capital ocorrida no exercício	**20.309**	–	**20.309**	–	**20.309**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	**902**	**902**
Aumento de capital via capitalização de AFAC	**902**	–	**902**	**(902)**	**–**
Prejuízo do exercício	–	**(17)**	**(17)**	–	**(17)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**21.212**	**(18)**	**21.194**	–	**21.194**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021 (Não auditado)
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	**(17)**	(1)
	(17)	**(1)**
Prejuízo do exercício	**(17)**	**(1)**

Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	**(17)**	**(1)**
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**(17)**	**(1)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(17)**	(1)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	**(493)**	–
Impostos a recuperar	**(20)**	–
Aumento nos passivos operacionais		
Contas a pagar	**20.804**	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**20.274**	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	**(41.438)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(41.438)**	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	**21.211**	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**21.211**	1
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	**47**	–
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	–	–
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**47**	–
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	**47**	–

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S/A

CNPJ Nº 35.948.363/0001-38

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a sua apreciação os Balanços Patrimoniais da REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S/A, levantados em 31/12/2022 e 2021, e as respectivas demonstrações de resultado das mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. Expressamos os nossos agradecimentos a todos que contribuiram com o sucesso da REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

I–ATIVO CIRCULANTE	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	25.979.480,47	18.591.345,11
Contas a Receber	47.548,00	–
Adiantamento Concedido	27.757,71	27.528,50
Adiantamento Futuro Aumento Capital	13.873.637,21	13.501.137,21
Impostos a Recuperar	–	–
Total do Ativo Circulante	**39.928.423,39**	**32.120.010,82**
II–ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Credito com Partes Relacionadas	4.976.229,33	5.102.145,33
Depositos Judiciais	–	81.727,47
Investimentos	6.777.536,71	7.065.906,65
Incentivos Fiscais	–	–
Imobilizado	16.763.601,59	18.388.879,86
Total do Ativo não Circulante	**28.517.367,63**	**30.638.659,31**
TOTAL DO ATIVO (I+II)	**68.445.791,02**	**62.758.670,13**
I–PASSIVO CIRCULANTE	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Obrigações Trab e Tributarias	852.428,93	621.218,81
Dividendos a Pagar	1.698.516,84	2.280.000,00
Adiatamento de Clientes	64.593,16	–
Prov. de Direitos Trabalhistas	177.925,21	154.430,43
Total do Passivo Circulante	**2.793.464,14**	**3.055.649,24**
II–PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Creditos de Sociedades Ligadas	2.868.015,33	2.981.842,11
Creditos de Pessoas Ligadas	–	–
Total do Passivo Não Circulante	**2.868.015,33**	**2.981.842,11**
III–PATRIMONIO LÍQUIDO		
Capital Social	37.067.088,00	37.067.088,00
Reserva Cor. Monetaria do Capital	0,80	0,80
Reserva de Lucros	–	–
Reserva Legal	5.196.433,61	4.798.851,12
Reserva Estatutaria	20.520.789,14	14.855.238,86
Total do Patrimônio Líquido	**62.784.311,55**	**56.721.178,78**
TOTAL DO PASSIVO (I+II+III)	**68.445.791,02**	**62.758.670,13**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PARTIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2022

EVENTOS	Total	Capital integralizado	Reserva cor monet cap	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva estatutaria	Lucros acumulados
Saldo em 31/12/2021	56.721.178,78	37.067.088,00	0,80	–	4.798.851,12	14.855.238,86	–
Capital Social							
Lucros Distribuidos		–					(1.888.517,10)
Resultado do Exercicio					397.582,49	5.665.550,52	7.951.649,87
Reserva de Lucros				–	–		(6.063.133,01)
Ajustes Ex Anterior	–	–	–	–	–	(0,24)	0,24
Saldo em 31/12/2022	**62.784.311,55**	**37.067.088,00**	**0,80**	**–**	**5.196.433,61**	**20.520.789,14**	**0,00**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

I–RECEITA OPERACIONAL BRUTA	31/12/2022	31/12/2021
Receita de c/ Aluguel de Imoveis	17.852.666,17	12.082.364,98
Impostos Incidentes	(651.622,31)	(441.006,33)
II -RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	**17.201.043,86**	**11.641.358,65**
Custo dos serviços prestados	(3.313.542,00)	(2.756.042,23)
II -RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	**13.887.501,86**	**8.885.316,42**
Despesas Administrativas	(3.832.743,28)	(3.191.340,11)
Depreciação e Amortização	(1.606.248,60)	(1.606.248,60)
Despesas Financeiras	(75,05)	(232,05)
Receitas Financeiras	2.418.376,01	513.880,22
Equivalencia Patrimonial	(174.543,16)	(423.211,56)
III -RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ	**10.692.267,78**	**4.178.164,32**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.740.617,91)	(1.465.280,58)
IV -LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	**7.951.649,87**	**2.712.883,74**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e as Normas e Principios da Contabilidade geralmente aceitos; 2. A empresa optou pela apuração de resultado e do Impostos de Renda pelo Lucro Presumido. ; 3. As receitas operacionais são tributadas pelo regime de Caixa; 4. O Capital Social é de R$37.067.088,00 totalmente integralizado e dividido em 23.645.757 ações ON.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial de Disponibilidades	**18.591.345,11**	**16.147.328,01**
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Operacional	7.951.649,87	2.712.883,74
Aumento/Redução Contas a Receber	(47.548,00)	186.831,00
Aumento/Redução Adiantamentos Concedidos	(229,21)	(9.162,97)
Aum./Redução de Adiant. Futuro Aumento Capital	(372.500,00)	(227.200,00)
Aumento/Redução de Impostos a Recuperar	–	1.650,59
Aumento/Redução do Realizado a Longo Prazo	207.643,47	(388.788,50)
Aumento/Redução do Investimentos	288.369,94	423.211,56
Aumento/Redução do Imobilizado	1.625.278,27	1.596.453,60
Aumento/Redução de Obrigações Trab e Tributarias	231.210,12	107.971,96
Aum./Redução da Distribuição de Lucros a pagar	(581.483,16)	480.000,00
Aumento/Redução da Receita Antecipada		(273.497,24)
Aumento/Redução do Adiantamento de Clientes	64.593,16	–
Aumento/Redução de Prov Direitos Trabalhistas	23.494,78	(9.833,74)
Aumento/Redução de Creditos com Terceiros	(113.826,78)	–
Distribuição de Lucros e Reserva	(1.888.517,10)	(2.156.502,90)
Saldo Final de Disponibilidades	**25.979.480,47**	**18.591.345,11**

Mario de Andrade Ramos Neto - Diretor
Vitor Nogueira Orçai - Contador CRC-RJ 102.265/O-0 CPF: 080.001.557-61

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 28.008.887/0001-83

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. e o relatório dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.069	5.132
Títulos e valores mobiliários	5	6.072	-
Contas a receber de clientes	6	3.138	2.531
Tributos a recuperar	7	1.283	1.131
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	8	27.131	30.277
Adiantamentos diversos		19	11
Despesas antecipadas		112	107
Total do Ativo Circulante		**43.824**	**39.189**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	6.361	5.535
Tributos a recuperar	7	1.745	1.745
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	8	273.952	262.271
Depósitos judiciais e cauções		111	111
Imobilizado		26	26
Total do Ativo Não Circulante		**282.195**	**269.688**
Total do Ativo		**326.019**	**308.877**

Passivo	Notas	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	9	338	399
Impostos corrente a pagar	10	217	178
Encargos setoriais		192	104
Empréstimos	11	1.380	6.489
Debêntures	12	3.053	5.496
Dividendos a pagar	13	8.587	1.439
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	14.1	337	282
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	14.2	867	-
Outros passivos circulantes		5	5
Total Passivo Circulante		**14.976**	**14.392**
Não Circulante			
Empréstimos	11	116.754	114.876
Debêntures	12	53.989	50.723
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	14.2	9.222	23.605
Provisão contingente	15	124	335
Total Passivo Não Circulante		**180.089**	**189.539**
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	67.820	65.070
Reserva legal	16	4.753	3.227
Reserva de lucros	16	58.381	36.649
Total Patrimônio Líquido		**130.954**	**104.946**
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		**326.019**	**308.877**

Demonstração do resultado do exercício
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	38.789	34.228
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	(2.717)	(3.499)
Resultado operacional bruto		**36.072**	**30.729**
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	19	(1.203)	(1.814)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**34.869**	**28.915**
Despesas financeiras	20	(17.561)	(25.535)
Receitas financeiras	20	982	370
Resultado financeiro líquido		**(16.579)**	**(25.165)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**18.290**	**3.750**
Contribuição social	14	(437)	(347)
Imposto de renda	14	(868)	(649)
Contribuição social diferida	14	2.739	(115)
Imposto de renda diferido	14	10.777	(213)
Resultado líquido do exercício		**30.501**	**2.426**

Demonstração do resultado abrangente
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuizo) líquido do exercício	30.501	2.426
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**30.501**	**2.426**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021	**65.070**	**35.495**	**3.107**	**-**	**103.672**
Lucro (prejuizo) líquido do exercício	-	-	-	2.426	2.426
Constituição de reservas	-	1.154	120	(1.274)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.152)	(1.152)
Saldo em 31 dezembro 2021	**65.070**	**36.649**	**3.227**	**-**	**104.946**
Subscrição de capital	2.750	-	-	-	2.750
Lucro (prejuizo) líquido do exercício	-	-	-	30.501	30.501
Constituição de reservas	-	21.732	1.526	(23.258)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(7.243)	(7.243)
Saldo em 31 dezembro 2022	**67.820**	**58.381**	**4.753**	**-**	**130.954**

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	**18.289**	**3.750**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
Juros sobre empréstimos tomados	9.207	14.410
Juros sobre debêntures tomados	6.024	8.091
Encargos sobre empréstimos	127	131
Encargos sobre debêntures	283	60
Juros - outros	-	(416)
Provisão (reversão) de contingências	(211)	335
Receita diferida	(8.088)	(37.304)
Apropriação de doação	(446)	(334)
Rendimento sobre aplicação	(982)	370
	24.203	**(10.907)**
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(607)	28.918
Depósitos judiciais	-	(29)
Adiantamentos	(9)	(11)
Despesas antecipadas	(5)	(107)
Tributos a recuperar	(276)	(210)
Fornecedores e outras contas a pagar	(156)	(155)
Impostos correntes a pagar	39	(652)
Encargos setoriais	88	(51)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.126)	(794)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**22.151**	**16.002**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	2.750	-
Aquisição de imobilizado	-	(26)
Títulos e valores mobiliários	(5.915)	(2.402)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(3.165**	**(2.428)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	(1.855)	(3.879)
Juros pagos de empréstimos	(10.710)	(11.211)
Pagamento de debêntures	(2.645)	(1.328)
Juros pagos de debêntures	(2.839)	(3.679)
Dividendos pagos	-	(999)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(18.049)**	**(21.096)**
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	**937**	**(7.522)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.132	12.654
No final do exercício	6.069	5.132
Aumento/redução líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**937**	**(7.522)**

Diretoria executiva
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora Financeira
Vagner Alexandre Serratto - Diretor de Operações
Responsável técnico pelas informações contábeis
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se na sede da Companhia.

MANGUE SECO 1 GERAÇÃO EÓLICA

EÓLICA MANGUE SECO 1 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/ME nº 11.643.458/0001-85

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da **Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.** e o relatório dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo Circulante	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.844	15.804	15.590
Contas a receber de clientes	5	2.095	1.872	1.728
Tributos a recuperar		87	189	6
Adiantamentos diversos		-	4	38
Despesas antecipadas		215	192	119
Total do Ativo Circulante		**20.241**	**18.061**	**17.481**
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	6	13.403	11.997	11.517
Conta de ressarcimento - CCEE	12	-	2.042	2.234
Contrato de mútuo - parte relacionada	7	7.785	-	-
Depósitos judiciais e cauções		171	148	128
Direito de uso	8	2.127	2.275	2.224
Imobilizado	9	56.341	61.348	66.312
Intangíveis		12	-	-
Total do Ativo Não Circulante		**79.839**	**77.810**	**82.415**
Total do Ativo		**100.080**	**95.871**	**99.896**

Passivo Circulante	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Fornecedores	10	907	911	885
Impostos corrente a pagar		100	88	132
Empréstimos	11	4.423	4.226	3.843
Dividendos a pagar	7	1.416	-	303
Obrigações por arrendamentos	8	239	169	336
Conta de ressarcimento - CCEE	12	-	7.000	6.386
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		1.389	263	1.388
Total Passivo Circulante		**8.474**	**12.657**	**13.255**
Não Circulante				
Empréstimos	11	48.192	52.481	56.560
Obrigações por arrendamentos	9	2.128	2.338	2.045
Conta de ressarcimento - CCEE	12	8.483	-	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-	187	-
Provisão para desmobilização	14	1.594	1.405	1.238
Provisão contingente	15	-	139	139
Total Passivo Não Circulante		**60.397**	**56.550**	**59.982**
Patrimônio Líquido				
Capital social	16	20.501	20.501	20.501
Reserva legal	16	1.166	867	603
Reserva de lucros	16	9.542	5.296	5.555
Total Patrimônio Líquido		**31.209**	**26.664**	**26.659**
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		**100.080**	**95.871**	**99.896**

Demonstração do resultado do exercício - Em 31/12/2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	17	19.537	20.628
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	(10.937)	(9.541)
Resultado operacional bruto		**8.600**	**11.087**
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais		(321)	(745)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**8.279**	**10.342**
Despesas financeiras	19	(4.110)	(4.655)
Receitas financeiras	19	3.625	1.200
Resultado financeiro líquido		**(485)**	**(3.455)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**7.794**	**6.887**
Contribuição social	13	(545)	(339)
Imposto de renda	13	(1.288)	(704)
Lucro líquido do exercício		**5.961**	**5.844**

Demonstração do resultado abrangente
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	5.961	5.844
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**5.961**	**5.844**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de lucro	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021 (Reapresentado)	**20.501**	**5.555**	**603**	**-**	**26.659**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.844	5.844
Constituição de reservas	-	4.323	264	(4.587)	-
Dividendos propostos	-	(4.582)	-	(1.257)	(5.839)
Saldo em 31 dezembro 2021 (Reapresentado)	**20.501**	**5.296**	**867**	**-**	**26.664**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.961	5.961
Constituição de reservas	-	4.246	299	(4.545)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.416)	(1.416)
Saldo em 31 dezembro 2022	**20.501**	**9.542**	**1.166**	**-**	**31.209**

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	**7.794**	**6.887**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
Depreciação / Amortização	5.324	5.258
Juros sobre empréstimos concedidos - partes relacionadas	(653)	-
Juros sobre empréstimos tomados	3.828	4.101
Encargos sobre empréstimos	60	60
Juros arrendamento	164	174
Provisão (reversão) de contingências	(139)	-
Provisão para desmobilização	189	167
Rendimento sobre aplicação financeira	(2.966)	(1.200)
Baixa de depreciação e juros sobre imobilizado e arrendamento	(39)	-
	13.562	**15.447**
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	3.303	(144)
Despesas antecipadas	(23)	(73)
Tributos a recuperar	(137)	(183)
Contas a receber	-	192
Outros ativos	(60)	14
Fornecedores e outras contas a pagar	(5)	26
Impostos correntes a pagar	13	(260)
Obrigações trabalhistas e sociais	-	(424)
Obrigações por arrendamentos	(379)	(336)
Outros passivos	-	(113)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(656)	(596)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**15.618**	**13.550**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(14)	(57)
Compras de ativos intangíveis	(13)	-
Títulos e valores mobiliários	1.560	720
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**1.533**	**663**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	(4.146)	(3.750)
Juros pagos de empréstimos	(3.834)	(4.107)
Recursos concedidos de empréstimos - partes relacionadas	(7.131)	-
Dividendos pagos	-	(6.142)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(15.111)**	**(13.999)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**2.040**	**214**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	15.804	15.590
No final do exercício	17.844	15.804
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**2.040**	**214**

Diretoria Executiva
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora Financeira
Vagner Alexandre Serratto - Diretor de Operações
Responsável técnico pelas informações contábeis
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se na sede da Companhia.

CASA&VIDEO

Casa & Vídeo Brasil S.A.

CNPJ: 11.114.284/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: O ano de 2022 apresentou um ambiente macroeconômico desafiador, mas, apesar disso, a nossa empresa se mostrou resiliente e consistente na geração de caixa e crescimento nas vendas. No 4T22, continuamos a expandir nossas operações e nossos resultados foram impulsionados pelo aumento no volume de transações em lojas, aumento do ticket médio e expansão contínua das vendas nos canais Durante o 4T22, registramos um importante crescimento de 12,2% na receita líquida de vendas em comparação com o mesmo período do ano anterior e crescimento de 11,9% no ano, impulsionado pela expansão de lojas físicas e pelo aumento de 7,6% no ticket médio, além do crescimento de 2,2% na quantidade de itens por cupom. Segundo dados da GFK, continuamos a ganhar Marketshare, com crescimento de 20,3% no acumulado de janeiro a dezembro, enquanto a mesma cesta de produtos apresentou crescimento de 1,3% no Rio de Janeiro e crescimento de 4,1% no Brasil. Nossos canais digitais continuam a apresentar um crescimento acelerado no volume de transações e vendas, atualmente os canais digitais oferecem um sortimento com mais de 655 mil produtos cadastrados, entre itens 1P e 3P. Loja Metrô Barra - RJ No 4T22, registramos um aumento de 21,8% no GMV digital em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando uma participação de 12,0% no GMV total da companhia. Ao longo de todo o ano de 2022, observamos um crescimento significativo de 3,5 pontos percentuais em comparação com o ano anterior, alcançando uma participação de 10,8% no GMV. Esses resultados demonstram a solidez da nossa estratégia omnicanal, que busca oferecer aos nossos clientes a melhor experiência de compra, independentemente do canal utilizado, estamos comprometidos em continuar investindo em nossos canais digitais. De forma proativa adotamos medidas para mitigar os impactos trazidos pela restrição de consumo fortemente acelerada pela inflação dos itens básicos, que acabou consumindo parte importante da renda dos nossos consumidores. Essas medidas incluíram a contenção de despesas nas lojas, administração e centro de distribuição, bem como ajustes nas estruturas e custos operacionais para níveis compatíveis com o cenário de consumo atual. Esse movimento permitiu uma diluição dos custos em relação aos níveis de receita líquida, com custos representando 26,1% em 2022 vs 27,0% em 2021, impactando diretamente no incremento de margem EBITDA, principalmente no 4T22 onde conseguimos evoluir 6,3 pontos percentual em comparação com 4T21. digitais. Mensagem da Administração 4 Continuamos firmes na execução dos nossos projetos estruturantes e na expansão de lojas físicas, inaugurando 37 novas lojas em 2022, totalizando nosso parque de lojas físicas em 229 unidades. Além disso, alcançamos a marca de 1,2 milhão de cartões Casa&Vídeo ativados. Também lançamos diversas novas ofertas de serviços financeiros em nossos canais de venda, como microsseguros com capitalização, empréstimo pessoal, serviços de instalação, venda de cartão conteúdo e troca de smartphones. Esses serviços representaram um crescimento de 11,5% em 2022 em comparação com 2021, todos utilizando plataformas de empresas parceiras onde somos remunerados por produção sem riscos de crédito. Com relação aos temas relacionados à gestão de pessoas e políticas ESG, temos o prazer de compartilhar que fomos novamente reconhecidos pela GPTW como uma das melhores empresas de varejo para se trabalhar no Brasil. Além disso, estamos comprometidos com a sustentabilidade ambiental e atualmente mais de 45% das nossas lojas consomem energia renovável, com certificação de energia limpa. Apesar dos desafios apresentados pelo atual cenário macroeconômico, temos plena confiança na estratégia que estamos implementando, Continuaremos avançando em nosso ecossistema, utilizando a expansão do nosso parque de lojas como peça chave para nossa estratégia omnicanal. Nosso objetivo é reduzir o lead time de entrega das compras online e melhorar a experiência de compra tanto nas nossas lojas quanto no e-commerce. Essa estratégia nos fortalecerá a alavancagem operacional da Companhia, gerando um aumento na receita e uma diluição nos custos fixos. Acreditamos que essas medidas nos permitirão enfrentar os desafios atuais e a continuar crescendo de forma sólida e sustentável. Destaques: 31 de Março de 2023 - A Casa & Vídeo Brasil S/A (Casa & Video) apresenta o resultado do 4º trimestre de 2022 (4T22) e acumulado dos últimos 12 meses de 2022 (12M22). As informações são apresentadas de forma consolidada em BR GAAP. As informações financeiras são apresentadas em Reais (R$), as comparações referem-se ao 4º trimestre de 2021 (4T21) e os primeiros 12 meses de 2021 (12M21).

12,2% Crescimento da Receita líquida vs. 4T21, em 2022, **11,9%** vs. 2021

250M Volume de clientes na base digital do 4T22, totalizando **644M** em 2022

21,8% Crescimento no GMV DIGITAL vs. 4T21, no ano de 2022 **67,8%** vs. 2021

4,0% Crescimento em serviços financeiros vs. 4T21, no ano de 2022 com **11,5%** vs. 2021

6,3 p.p. Crescimento da margem EBITDA vs. 4T21, **0,9 p.p.** vs. 2021

+4 lojas inauguradas no 4T22, totalizando **37** lojas em 2022

138,5MM Lucro bruto no 4T22 aumento de **20,0%** vs 4T21, em 2022, **11,8%** vs. 2021

22,4% De diluição de despesas. **-4.1 p.p.** vs. 4T21, **-0,9 p.p.** vs. 2021

+40 novos sellers no 4T22, totalizando **188** em 2022

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Tiago de Oliveira Nascimento - CPF 108.155.517-38; **Contadora:** Sheila Mariano Ferraz Graefin von Koenigsmarck - CRC RJ 097978/O-9

VINEYARDS TRANSMISSÃO DE ENERGIA

SE VINEYARDS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 28.008.733/0001-91

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. e o relatório dos auditores independentes.

Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)*

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.261	60.796
Contas a receber de clientes	5	5.246	4.187
Tributos a recuperar	6	3.721	2.092
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	41.191	46.982
Adiantamentos diversos		192	373
Despesas antecipadas		18	267
Total do Ativo Circulante		**78.629**	**114.697**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	403.393	407.546
Depósitos judiciais e cauções		373	-
Despesas antecipadas		-	117
Outros ativos não circulantes		-	10
Total do Ativo Não Circulante		**403.766**	**407.673**
Total do Ativo		**482.395**	**522.370**

Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	8	1.658	3.857
Impostos corrente a pagar		632	477
Encargos setoriais		364	152
Debêntures	9	9.814	15.446
Dividendos a pagar	10	786	572
Contrato de mútuo - parte relacionada		-	1.106
PIS/COFINS diferido	11	1.503	4.346
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	12	1.269	-
Outros passivos circulantes		69	25
Total Passivo Circulante		**16.095**	**25.981**
Não Circulante			
Debêntures	9	310.994	295.809
PIS/COFINS diferido	11	14.724	37.622
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	12	12.424	32.535
Provisão contingente	13	6.747	-
Total Passivo Não Circulante		**344.889**	**365.966**
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	65.011	65.011
Reserva legal	14	5.097	3.735
Reserva de lucro	14	51.303	61.677
Total Patrimônio Líquido		**121.411**	**130.423**
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		**482.395**	**522.370**

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Em 31/12/2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	15	56.966	87.324
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	(11.131)	(23.688)
Resultado operacional bruto		**45.835**	**63.636**
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	17	(2.615)	(3.242)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**43.220**	**60.394**
Despesas financeiras	18	(40.011)	(52.983)
Receitas financeiras	18	5.196	2.598
Resultado financeiro líquido		**(34.815)**	**(50.385)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**8.405**	**10.009**
Contribuição social diferida	12	3.811	(840)
Imposto de renda diferido	12	15.031	(2.314)
Resultado líquido do exercício		**27.247**	**6.855**

Demonstrações do resultados abrangentes - Em 31/12/2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuizo) líquido do exercício	27.247	6.855
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**27.247**	**6.855**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)*

	Capital social	Reserva de lucro	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021	**65.011**	**55.230**	**3.392**	**-**	**123.633**
Resultado do exercício	-	-	-	6.855	6.855
Constituição de reservas	-	6.447	343	(6.790)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(65)	(65)
Saldo em 31 dezembro 2021	**65.011**	**61.677**	**3.735**	**-**	**130.423**
Resultado do exercício	-	-	-	27.247	27.247
Constituição de reservas	-	25.626	1.362	(26.988)	-
Dividendos pagos	-	(36.000)	-	-	(36.000)
Dividendos propostos	-	-	-	(259)	(259)
Saldo em 31 dezembro 2022	**65.011**	**51.303**	**5.097**	**-**	**121.411**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31/12/2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	**8.405**	**10.009**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
Juros sobre debêntures tomados	34.038	44.305
Encargos sobre debêntures	143	-
Provisão (reversão) de contingências	264	-
Receita diferida	(17.490)	(61.742)
Custo diferido	14.408	20.587
Tributos diferidos	1.695	8.656
Rendimento sobre aplicação financeira	(5.450)	(2.598)
	36.013	**19.217**
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.059)	(1.206)
Depósitos judiciais	(363)	-
Adiantamentos	181	1.066
Despesas antecipadas	367	255
Tributos a recuperar	(1.629)	(644)
Proventos e encargos a pagar	-	(1.420)
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.199)	(8.000)
Impostos correntes a pagar	147	(5.260)
Contas a pagar - parte relacionada	(1.106)	1.106
Obrigações Trabalhistas e Sociais	(9)	(43)
Encargos setoriais	211	23
Outros passivos	59	51
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**30.613**	**5.145**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras e recursos financeiros	5.450	2.598
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(7.925)	(19.549)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**(2.475)**	**(16.951)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de debêntures	(8.336)	(70)
Juros pagos de debêntures	(16.292)	(7.335)
Dividendos pagos	(36.045)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(60.673)**	**(7.405)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(32.535)**	**(19.211)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	60.796	80.007
No final do exercício	28.261	60.796
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(32.535)**	**(19.211)**

Diretoria Executiva
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora Financeira
Vagner Alexandre Serratto - Diretor de Operações
Responsável técnico pelas informações contábeis
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se na sede da Companhia.

MONTE PASCOAL HOLDING

MONTE PASCOAL HOLDING S.A.

CNPJ Nº 44.103.111/0001-07

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Monte Pascoal Holding S.A. e o relatório dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidada	
Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.327	-	26.627	-
Contas a receber de clientes	5	-	-	8.277	-
Tributos a recuperar		95	-	104	-
Adiantamentos diversos	6	-	-	1.317	-
Total do Ativo Circulante		**3.422**	**-**	**36.325**	**-**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	13.814	-
Depósitos judiciais e cauções		-	-	808	-
Direito de uso	8	-	-	10.291	-
Investimentos	9	273.932	-	-	-
Imobilizado	10	-	-	286.880	-
Intangíveis	11	-	-	104	-
Ativo fiscal diferido		-	-	453	
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-	-	382	-
Total do Ativo Não Circulante		**273.932**	**-**	**312.732**	**-**
Total do Ativo		**277.354**	**-**	**349.057**	**-**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	3	-	3.812	-
Impostos corrente a pagar		4	-	513	-
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	6	-
Contas a pagar	13	-	-	2.716	-
Empréstimos	14	-	-	11.931	-
Contrato de mútuo - parte relacionada		82	-	82	-
Obrigações por arrendamentos	8	-	-	511	-
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		-	-	492	-
Total Passivo Circulante		**89**	**-**	**20.063**	**-**
Não Circulante					
Contas a pagar	13	-	-	10.206	-
Empréstimos	14	152.000	-	181.829	-
Obrigações por arrendamentos	8	-	-	11.694	-
Total Passivo Não Circulante		**152.000**	**-**	**203.729**	**-**
Patrimônio Líquido				-	
Capital social	16	124.468	-	124.468	-
Reserva legal	16	140	-	140	-
Reserva de lucros	16	657	-	657	-
Total Patrimônio Líquido		**125.265**	**-**	**125.265**	**-**
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		**277.354**	**-**	**277.354**	**-**

Demonstração do resultado do exercício - Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidada	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	-	-	42.652	-
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	-	-	(7.113)	-
Resultado operacional bruto		**-**	**-**	**35.539**	**-**
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais	19	(805)	-	(4.271)	-
Amortização do ágio		(5.479)	-	(5.479)	-
Participação de equivalência patrimonial	9	26.450	-	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**20.166**	**-**	**25.789**	**-**
Despesas financeiras	20	(17.837)	-	(24.486)	-
Receitas financeiras	20	468	-	4.025	-
Resultado financeiro líquido		**(17.369)**	**-**	**(20.461)**	**-**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.797**	**-**	**5.328**	**-**
Contribuição social		-	-	(689)	-
Imposto de renda		-	-	(1.556)	-
Contribuição social diferida		-	-	(100)	-
Imposto de renda diferido		-	-	(186)	-
Resultado líquido do exercício		**2.797**	**-**	**2.797**	**-**

Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	2.797	-	2.797	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucros líquido do exercício	**2.797**	**-**	**2.797**	**-**

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	**2.797**	**-**	**5.328**	**-**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
Depreciação / Amortização	-	-	4.249	-
Juros sobre empréstimos concedidos - partes relacionadas	-	-	(22)	-
Juros sobre empréstimos tomados	13.300	-	15.333	-
Juros - outros	-	-	995	-
Tributos diferidos	-	-	660	-
Amortização da mais valia/ágio	5.479	-	5.479	-
Equivalência Patrimonial	(26.450)	-	-	-
Rendimento sobre aplicação financeira	(491)	-	(4.013)	-
	(5.365)	**-**	**28.009**	**-**
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(3.200)	-
Estoques	-	-	152	-
Depósitos judiciais	-	-	354	-
Adiantamentos	-	-	(53)	-
Despesas antecipadas	-	-	85	-
Tributos a recuperar	(95)	-	(1.029)	-
Ativo fiscal diferido	-	-	(320)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	3	-	7.204	-
Contas a pagar	-	-	(14.254)	-
Impostos correntes a pagar	4	-	371	-
Contas a pagar - parte relacionada	-	-	(554)	-
Obrigações Trabalhistas e Sociais	-	-	2	-
Obrigações por arrendamentos	-	-	(1.669)	-
Outros passivos	-	-	(526)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(922)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(5.453)**	**-**	**13.650**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	124.468	-	124.468	-
Aquisição de controlada	(281.961)	-	(281.961)	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(18)	-
Compras de ativos intangíveis	-	-	(106)	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(1.492)	-
Aplicações financeiras e recursos financeiros	491	-	4.013	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**(157.002)**	**-**	**(155.096)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes de empréstimos	316.000	-	316.000	-
Pagamento de empréstimos	(164.000)	-	(166.503)	-
Juros pagos de empréstimos	(13.300)	-	(19.790)	-
Recursos provenientes de empréstimos - partes relacionadas	220	-	220	-
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	(138)	-	(138)	-
Dividendos pagos	(2.000)	-	(2.000)	-
Dividendos recebidos	29.000	-	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**165.782**	**-**	**127.789**	**-**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**3.327**	**-**	**(13.657)**	**-**
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	-	-	-	-
Caixa na aquisição de investimentos	-	-	40.284	-
No final do exercício	3.327	-	26.627	-
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3.327**	**-**	**(13.657)**	**-**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 dezembro 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Subscrição de capital	124.468	-	-	-	124.468
Resultado do exercício	-	-	-	2.797	2.797
Constituição de reservas	-	1.992	140	(2.132)	-
Dividendos pagos	-	(1.335)	-	-	(1.335)
Dividendos propostos	-	-	-	(665)	(665)
Saldo em 31 dezembro 2022	**124.468**	**657**	**140**	**-**	**125.265**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Diretoria Executiva
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora Financeira
Vagner Alexandre Serratto - Diretor de Operações
Responsável técnico pelas demonstrações contábeis
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se na sede da Companhia.

GF PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 15.510.909/0001-67 - NIRE 3330030247-6

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2023 1. DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO: Dia 03 de março de 2023, às 11 horas, na sede social da GF PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 158, Botafogo, CEP 22280-005. 2.CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei das S.A."), em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselheiros").3.MESA: Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente; Viviane Fernandes Ribeiro - Secretária.4. ORDEM DO DIA: (A) Deliberar ou não sobre a proposta aos acionistas relacionada a: (i) emissão privada de até 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), da segunda emissão da Companhia ("Debêntures"), no montante total de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ("Emissão"); (ii) caso aprovada a Emissão, a celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da GF Participações S.A." ("Escritura de 2ª Emissão"); e (B) Deliberar a respeito da autorização expressa, nos termos do art. 12 do Estatuto Social da Companhia, para que a Diretoria da Companhia, caso aprovadas pelos acionistas a Emissão e a celebração da Escritura de 2ª Emissão, pratique todos os atos, celebre todos os documentos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização e efetivação da Emissão, bem como assinar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, a celebração, na qualidade de interveniente anuente do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25ª Emissão, em Série Única, da Opea Securitizadora S.A." ("Contrato de Distribuição"), e da prestação de garantias reais e fidejussórias pela Companhia e suas controladas ("Documentos da Operação"). 5. DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião, após a discussão das matérias, os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram: 5.1. Propor aos acionistas da Companhia a Emissão das Debêntures da Companhia, nos termos da Escritura de 2ª Emissão, cujas principais características e condições são as seguintes: a) Destinação dos Recursos: os recursos objeto da presente Emissão serão destinados diretamente ao pagamento de aluguéis de contratos de locação atípicos, de determinados imóveis e/ou empreendimentos imobiliários descritos no Anexo I da Escritura de 2ª Emissão ("Empreendimentos Imobiliários"), o que abrangerá (a) pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos, pela Companhia ou pelas Subsidiárias (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão) nos Empreendimentos Imobiliários; e (b) reembolso dos custos já incorridos e desembolsados pela Companhia ou pelas Subsidiárias nos Empreendimentos Imobiliários ("Destinação dos Recursos"). Os recursos mencionados referentes aos Empreendimentos Imobiliários, se for o caso, serão transferidos para as Subsidiárias pela Companhia por meio de: (i) aumento de capital das Subsidiárias; (ii) adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC das Subsidiárias; ou (iii) qualquer outra forma permitida em lei; b) Operação Estruturada: as Debêntures serão integralmente subscritas de forma privada pela OPEA SECURITIZADORA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.773.542/0001-22 ("Debenturista" ou "Securitizadora"), mediante a assinatura da Escritura de 2ª Emissão e da carta proposta das Debêntures. Após a subscrição das Debêntures, a Debenturista emitirá 1 (uma) cédula de crédito imobiliário ("CCI"), representativa da integralidade dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures ("Créditos Imobiliários"), tendo em vista a destinação imobiliária dos recursos, de modo que os Créditos Imobiliários sejam vinculados como lastro para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), a serem emitidos pela Debenturista, na qualidade de companhia securitizadora, e colocados junto a investidores profissionais, conforme caracterizados na Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, mediante oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente); c) Número da Emissão: a Emissão constituirá a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia; d) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; e) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela estipulada na Escritura de 2ª Emissão ("Data de Emissão"). f) Quantidade de Debêntures, Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão: Serão emitidas até 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão. O valor total da Emissão é de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); g) Espécie: as Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória; h) Classe: simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; i) Forma das Debêntures: as Debêntures serão emitidas na forma nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e direitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Companhia; j) Registro para Distribuição, Negociação e Custódia: as Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário ou qualquer forma de custódia eletrônica, seja em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. k) Colocação: a colocação das Debêntures será realizada de forma privada, exclusivamente para a Debenturista, sem a intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contará com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação das Debêntures em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; l) Subscrição: as Debêntures serão objeto de subscrição privada pela Debenturista, nos termos da Escritura de 2ª Emissão; m) Prazo e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas na data da Escritura de 2ª Emissão pela Debenturista mediante a formalização da Escritura de 2ª Emissão, sendo certo que as Debêntures serão integralizadas mediante depósito na Conta Centralizadora (conforme definida na Escritura de 2ª Emissão), com recursos decorrentes da integralização dos CRI pelos Titulares dos CRI (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão), pelo Valor Nominal Unitário quando do cumprimento integral das Condições Precedentes (conforme definidas no Contrato de Distribuição);n) Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; o) Direito de Preferência: Não haverá direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Debêntures; p) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, conforme adiante definida, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida à Debenturista, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor total devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento (exclusive) até a data do efetivo pagamento (inclusive), à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança; q) Garantia Real: em garantia do cumprimento de todas as "Obrigações Garantidas" (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão), serão constituídas as seguintes garantias em favor da Debenturista: (i) cessão fiduciária, a ser outorgada pelas Fiadoras (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão) ("Cessão Fiduciária"), nos termos do art. 66-B da Lei nº 4.728, com a redação dada pela Lei nº 10.931, do Decreto Lei nº 911 e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de todos os: (a) direitos creditórios, recursos, frutos e remunerações decorrentes das Contas Vinculadas (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão), nas quais deverão ser depositados, mediante transferência pelas respectivas Fiduciantes e/ou diretamente pelos devedores dos Contratos de Prestação de Serviços (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão), conforme o caso, a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, principais e acessórios, titulados e que venham a ser titulados pelas Fiduciantes e por qualquer Subsidiária da Companhia que venha a ser parte do Contrato de Cessão Fiduciária, nos termos dos respectivos Contratos de Prestação de Serviços, incluindo, mas não se limitando a, juros e demais encargos relacionados ("Recebíveis"), bem como todos os títulos, bens e direitos relacionados a eventuais aplicações financeiras existentes nas Contas Vinculadas e valores decorrentes de seu resgate e seus rendimentos (em conjunto, "Direitos Creditórios das Contas Vinculadas"), sendo certo que referidas Contas Vinculadas serão movimentadas na forma estabelecida no Contrato de Cessão Fiduciária e no contrato a ser celebrado entre a Debenturista, as subsidiárias da Companhia detentoras das referidas Contas Vinculadas e a QI Sociedade de Crédito Direto S.A., com interveniência anuência da Companhia ("Contrato de Prestação de Contas Vinculadas"); (b) direitos creditórios, presentes e futuros, principais e acessórios, oriundos dos Contratos de Prestação de Serviços descritos no Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária, ("Recebíveis Cedidos"); e (c) direitos, frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Contas Vinculadas e/ou aos Recebíveis Cedidos, títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens eventualmente adquiridos com o produto da garantia ora prestada. Esses créditos, bens e direitos sujeitar-se-ão a todos os termos e condições estipulados no Contrato de Cessão Fiduciária; e (ii) alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária de Quotas" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária, as "Garantias Reais"), a ser outorgada pela Companhia, na qualidade de única sócia das Fiadoras, da totalidade das quotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social das Fiadoras, a qual será devidamente constituída após implementada a condição suspensiva consistente na liquidação financeira da totalidade das debêntures oriundas da Escritura da 1ª Emissão (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão) ("Condição Suspensiva"), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; r) Garantia Fidejussória: o HOSPITAL PLACI BARRA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.936.046/0001-55 ("Hospital Barra"), a SOCIEDADE HOSPITALAR 4 DE JULHO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.807.000/0001-30 ("Hospital 4 de Julho"), HOSPITAL PLACI BRASÍLIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.904.832/0001-69 ("Hospital Brasília"), e o SETRE – SERVIÇO DE TRATAMENTO E REABILITAÇÃO ESPECIALIZADA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.490.024/0001-01 ("SETRE" e, em conjunto com Hospital Barra, Hospital Brasília e o Hospital 4 de Julho, "Fiadoras"), garantirão, como fiadores e principais pagadores, em caráter solidário e sem os benefício de ordem referidos na Escritura de 2ª Emissão, todas as Obrigações Garantidas, bem como de todas as obrigações de pagamento da Companhia na Escritura de 2ª Emissão ("Fiança");s) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; t) Prazo de Vigência e Data de Vencimento: as Debêntures terão prazo de vencimento de 1.837 (mil oitocentos e trinta e sete) dias contados da Data de Emissão, vencendo 16 de março de 2028 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Amortização Extraordinária Obrigatória e Oferta de Resgate Antecipado, nos termos da Escritura de 2ª Emissão; u) Remuneração: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios, a contar da primeira data de integralização dos CRI, conforme prevista na Escritura de 2ª Emissão ("Data de Integralização"), correspondente à variação acumulada de 100,00% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 6,00% (seis inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de 2ª Emissão. A Remuneração das Debêntures será paga nos termos do Anexo V da Escritura de 2ª Emissão; v)Amortização Programada: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, da Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos na Escritura de 2ª Emissão, as Debêntures serão amortizadas mensalmente nas datas indicadas na Escritura de 2ª Emissão, conforme fórmula prevista no Anexo IV da Escritura de 2ª Emissão; w) Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures endereçada à Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão) ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado deverá, em qualquer circunstância, ter por objeto a totalidade das Debêntures, e será operacionalizada conforme disposto na Escritura de 2ª Emissão; x) Vencimento Antecipado: serão consideradas antecipadamente vencidas as Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de 2ª Emissão e exigido pagamento do saldo devedor em aberto, incluindo o valor de principal, juros e demais encargos, em caso de ocorrência de determinadas hipóteses descritas na Escritura de 2ª Emissão, observados os eventuais prazos de cura, quando aplicáveis, e o disposto na Escritura de 2ª Emissão; y) Repactuação Programada: as Debêntures não serão objeto de repactuação; z) Demais Características: As demais características da Emissão constarão na Escritura de 2ª Emissão. 5.2. caso aprovada a Emissão das Debêntures da Companhia pelos acionistas, propor aos acionistas da Companhia que aprovem a celebração da Escritura de 2ª Emissão;5.3. caso aprovadas pelos acionistas as matérias referidas nos itens 5.1 e 5.2 acima, aprovar a outorga, pela Companhia e pelas Fiadoras, das Garantias Reais e da Fiança; 5.4. caso aprovadas pelos acionistas as matérias referidas nos itens 5.1 e 5.2 acima, autorizar que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, celebre todos os documentos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização e efetivação da Emissão, bem como a celebração, pela Companhia, dos Documentos da Operação. 6 Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme e aprovada pelos presentes, foi assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, 03 de março de 2023.Luis Claudio Garcia de Souza Presidente da Mesa: Viviane Fernandes Ribeiro -Secretária da Mesa. Luiz Fernando Froimtchuk- Paulo Lerner Froimtchuk. João Paulo Vasco Poiares Baptista

GF PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 15.510.909/0001-67 - NIRE 3330030247-6

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2023 1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 06 de março de 2023, às 11 horas, na sede social da GF Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 158, Botafogo, CEP 22280-005. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: A Assembleia Geral Ordinária foi convocada na forma do Art. 124, §1º, I da Lei nº 6.404/76, através dos editais de convocação publicado no Diário do Acionista em 1ª Convocação nos dias 07/02/2023, 08/02/2023 e 09/02/2023 e, em 2ª Convocação nos dias 27/02/2023, 28/02/2023 e 01/03/2023, com cópia em anexo. 3.MESA: Luiz Fernando Froimtchuk – Presidente; Miguel José Froimtchuk – Secretário. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (i) Avaliação e aprovação da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), da emissão privada da Companhia ("Debêntures"), no montante total de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ("Emissão"); e (ii) Avaliação e autorização para a Diretoria da Companhia adotar todas e quaisquer providências e celebrar todos os documentos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas sem limitação, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva escritura de Emissão e contratos relacionados, à negociação dos termos da escritura de emissão e contratos relacionados, à contratação de instituição financeira para coordenar e efetuar a distribuição das Debêntures ao público investidor e a assinatura de todos os contratos, acordos e formulários necessários à efetivação da Emissão. 5. DELIBERAÇÕES: Após a análise das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer restrições, aprovaram: (i) a Emissão das Debêntures pela Companhia, nos termos da Escritura de 2ª. Emissão, as quais terão as seguintes características: a) Destinação dos Recursos: os recursos objeto da presente Emissão serão destinados diretamente ao pagamento de aluguéis de contratos de locação atípicos, de determinados imóveis e/ou empreendimentos imobiliários descritos no Anexo I da Escritura de 2ª. Emissão ("Empreendimentos Imobiliários"), o que abrangerá (a) pagamento de gastos, custos e despesas ainda não incorridos, pela Companhia ou pelas Subsidiárias (conforme definido na Escritura de 2ª. Emissão) nos Empreendimentos Imobiliários; e (b) reembolso dos custos já incorridos e desembolsados pela Companhia ou pelas Subsidiárias nos Empreendimentos Imobiliários ("Destinação dos Recursos"). Os recursos mencionados referentes aos Empreendimentos Imobiliários, se for o caso, serão transferidos para as Subsidiárias pela Companhia por meio de: (i) aumento de capital das Subsidiárias; (ii) adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC das Subsidiárias; ou (iii) qualquer outra forma permitida em lei; b) Operação Estruturada: as Debêntures serão integralmente subscritas de forma privada pela Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.773.542/0001-22 ("Debenturista" ou "Securitizadora"), mediante a assinatura da Escritura de 2ª. Emissão e da carta proposta das Debêntures. Após a subscrição das Debêntures, a Debenturista emitirá 1 (uma) cédula de crédito imobiliário ("CCI"), representativa da integralidade dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures ("Créditos Imobiliários"), tendo em vista a destinação imobiliária dos recursos, de modo que os Créditos Imobiliários sejam vinculados como lastro para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), a serem emitidos pela Debenturista, na qualidade de companhia securitizadora, e colocados junto a investidores profissionais, conforme caracterizados na Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, mediante oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente); c) Número da Emissão: a Emissão constituirá a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia; d) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; e) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela estipulada na Escritura de 2ª. Emissão ("Data de Emissão"). f) Quantidade de Debêntures, Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão: Serão emitidas até 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão. O valor total da Emissão é de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); g) Espécie: as Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória; h) Classe: simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; i) Forma das Debêntures: as Debêntures serão emitidas na forma nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e direitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Companhia; j) Registro para Distribuição, Negociação e Custódia: as Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário ou qualquer forma de custódia eletrônica, seja em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.k) Colocação: a colocação das Debêntures será realizada de forma privada, exclusivamente para a Debenturista, sem a intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contará com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação das Debêntures em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; l) Subscrição: as Debêntures serão objeto de subscrição privada pela Debenturista, nos termos da Escritura de 2ª. Emissão; m) Prazo e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas na data da Escritura de 2ª. Emissão pela Debenturista mediante a formalização da Escritura de 2ª. Emissão, sendo certo que as Debêntures serão integralizadas mediante depósito na Conta Centralizadora (conforme definida na Escritura de 2ª. Emissão), com recursos decorrentes da integralização dos CRI pelos Titulares dos CRI (conforme definido na Escritura de 2ª. Emissão), pelo Valor Nominal Unitário quando do cumprimento integral das Condições Precedentes (conforme definidas no Contrato de Distribuição) ; n) Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; o) Direito de Preferência: Não haverá direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Debêntures; p) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, conforme adiante definida, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida à Debenturista, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor total devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento (exclusive) até a data do efetivo pagamento (inclusive), à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança; q) Garantia Real: em garantia do cumprimento de todas as "Obrigações Garantidas" (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão), serão constituídas as seguintes garantias em favor da Debenturista: (i) cessão fiduciária, a ser outorgada pelas Fiadoras (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão) ("Cessão Fiduciária"), nos termos do art. 66-B da Lei nº 4.728, com a redação dada pela Lei nº 10.931, do Decreto Lei nº 911 e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de todos os: (a) direitos creditórios, recursos, frutos e remunerações decorrentes das Contas Vinculadas (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão), nas quais deverão ser depositados, mediante transferência pelas respectivas Fiduciantes e/ou diretamente pelos devedores dos Contratos de Prestação de Serviços (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão), conforme o caso, a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, principais e acessórios, titulados e que venham a ser titulados pelas Fiduciantes e por qualquer Subsidiária da Companhia que venha a ser parte do Contrato de Cessão Fiduciária, nos termos dos respectivos Contratos de Prestação de Serviços, incluindo, mas não se limitando a, juros e demais encargos relacionados ("Recebíveis"), bem como todos os títulos, bens e direitos relacionados a eventuais aplicações financeiras existentes nas Contas Vinculadas e valores decorrentes de seu resgate e seus rendimentos (em conjunto, "Direitos Creditórios das Contas Vinculadas"), sendo certo que referidas Contas Vinculadas serão movimentadas na forma estabelecida no Contrato de Cessão Fiduciária e no contrato a ser celebrado entre a Debenturista, as subsidiárias da Companhia detentoras das referidas Contas Vinculadas e a QI Sociedade de Crédito Direto S.A., com interveniência anuência da Companhia ("Contrato de Prestação de Contas Vinculadas"); (b) direitos creditórios, presentes e futuros, principais e acessórios, oriundos dos Contratos de Prestação de Serviços descritos no Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária, ("Recebíveis Cedidos"); e (c) direitos, frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às Contas Vinculadas e/ou aos Recebíveis Cedidos, títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens eventualmente adquiridos com o produto da garantia ora prestada. Esses créditos, bens e direitos sujeitar-se-ão a todos os termos e condições estipulados no Contrato de Cessão Fiduciária; e (ii) alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária de Quotas" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária, as "Garantias Reais"), a ser outorgada pela Companhia, na qualidade de única sócia das Fiadoras, da totalidade das quotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social das Fiadoras, a qual será devidamente constituída após implementada a condição suspensiva consistente na conversão do Bônus de Subscrição emitido pela Companhia em 10 de julho de 2020 ou na liquidação financeira da totalidade das debêntures oriundas da Escritura da 1ª Emissão (conforme definido na Escritura de 2ª Emissão) ("Condição Suspensiva"), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; r) Garantia Fidejussória: o Hospital Placi Barra Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.936.046/0001-55 ("Hospital Barra"), a Sociedade Hospitalar 4 de Julho Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.807.000/0001-30 ("Hospital 4 de Julho"), Hospital Placi Brasília Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.904.832/0001-69 ("Hospital Brasília"), e o Setre – Serviço de Tratamento e Reabilitação Especializada Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.490.024/0001-01 ("SETRE" e, em conjunto com Hospital Barra, Hospital Brasília e o Hospital 4 de Julho, "Fiadoras"), garantirão, como fiadores e principais pagadores, em caráter solidário e sem os benefício de ordem referidos na Escritura de 2ª. Emissão, todas as Obrigações Garantidas, bem como de todas as obrigações de pagamento da Companhia na Escritura de 2ª. Emissão ("Fiança"); s) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; t) Prazo de Vigência e Data de Vencimento: as Debêntures terão prazo de vencimento de 1.868 (mil e oitocentos e sessenta e oito) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 16 de abril de 2028 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Amortização Extraordinária Obrigatória e Oferta de Resgate Antecipado, nos termos da Escritura de Emissão; u) Remuneração: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios, a contar da primeira data de integralização dos CRI, conforme prevista na Escritura de 2ª. Emissão ("Data de Integralização"), correspondente à variação acumulada de 100,00% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 6,00% (seis inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. A Remuneração das Debêntures será paga nos termos do Anexo V da Escritura de Emissão;v) Amortização Programada: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, da Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos na Escritura de 2ª. Emissão, as Debêntures serão amortizadas mensalmente nas datas indicadas na Escritura de 2ª. Emissão, conforme fórmula prevista no Anexo IV da Escritura de 2ª. Emissão;w) Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures endereçada à Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI (conforme definido na Escritura de 2ª. Emissão) ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado deverá, em qualquer circunstância, ter por objeto a totalidade das Debêntures, e será operacionalizada conforme disposto na Escritura de 2ª. Emissão; x) Vencimento Antecipado: serão consideradas antecipadamente vencidas as Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de 2ª. Emissão e exigido pagamento do saldo devedor em aberto, incluindo o valor de principal, juros e demais encargos, em caso de ocorrência de determinadas hipóteses descritas na Escritura de 2ª. Emissão, observados os eventuais prazos de cura, quando aplicáveis, e o disposto na Escritura de 2ª. Emissão; y) Repactuação Programada: as Debêntures não serão objeto de repactuação; z) Demais Características: As demais características da Emissão constarão na Escritura de 2ª. Emissão. (ii) a celebração da Escritura de 2ª. Emissão; (iii) a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, celebre todos os documentos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização e efetivação da Emissão, bem como a celebração, pela Companhia, dos Documentos da Operação; (iv) lavratura da ata na forma sumária e publicação nos termos da Lei das Sociedades por Ações. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Acionistas Presentes: (i) Miguel José Froimtchuk; (ii) Luiz Fernando Froimtchuk; e (iii) Fundo BBI Financial I – Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes Inovadoras. Rio de Janeiro, 06 de março de 2023. (Assinaturas seguem na próxima na página) (Restante da página intencionalmente deixada em branco) [Página de assinaturas da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, da GF Participações S.A., realizada em 06 de março de 2023] Mesa: Luiz Fernando Froimtchuk, Presidente - Miguel José Froimtchuk,Secretário. Acionistas: Miguel jOSÉ froimtchuk Luiz Fernando Froimtchuk FUNDO BBI FINANCIAL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS, POR SUA ADMINISTRADORA FINHEALTH GESTÃO DE RECURSOS S.A. Nome: João Paulo Vasco Poiares Baptista -Nome: Viviane Fernandes Ribeiro.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 3556-3030
96865-1628
(11) 2655-1899

Central Geradora Eólica Seridó II S.A.

CNPJ/MF nº 39.372.597/0001-30

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	2022	2021 (Não auditado)
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	49	–
Contas a receber	411	–
Impostos a recuperar	16	–
Total do ativo circulante	476	–
Não circulante		
Imobilizado	35.399	–
Total do ativo não circulante	35.399	–
Total do ativo	35.875	–

Passivo	2022	2021 (Não auditado)
Circulante		
Contas a pagar	17.375	–
Total do passivo circulante	17.375	–
Patrimônio líquido		
Capital social	18.508	1
Prejuízo acumulado	(8)	(1)
Total do patrimônio líquido	18.500	–
Total do passivo e do patrimônio líquido	35.875	–

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	(7)	(1)
	(7)	(1)
Prejuízo do exercício	(7)	(1)

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(7)	(1)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	(7)	(1)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	–	–	–	–	–
Aumento de capital – Constituição da Companhia	1	–	1	–	1
Prejuízo do exercício	–	(1)	(1)	–	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	1	(1)	–	–	–
Aumento de capital ocorrida no exercício	16.955	–	16.955	–	16.955
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	1.552	1.552
Aumento de capital via capitalização de AFAC	1.552	–	1.552	(1.552)	–
Prejuízo do exercício	–	(7)	(7)	–	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.508	(8)	18.500	–	18.500

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(7)	(1)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(411)	–
Impostos a recuperar	(16)	–
Aumento nos passivos operacionais		
Contas a pagar	17.375	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	16.941	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(35.399)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(35.399)	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	18.507	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	18.507	1
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	49	–
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	–	–
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	49	–
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	49	–

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC ISP 217.225-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Savana Geração de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 11.151.033/0001-59

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	677	7.512
Contas a receber	4.350	4.709
Depósitos restituíveis e valores vinculados	1.694	–
Estoques	648	584
Impostos a recuperar	94	88
Despesas antecipadas	227	207
Outros	2	1
Total do ativo circulante	7.692	13.101
Não circulante		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	4.789	4.178
Imobilizado	262.582	269.896
Arrendamento	144	215
Total do ativo não circulante	267.515	274.289
Total do ativo	275.207	287.390
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Contas a pagar	4.213	4.080
Empréstimos e financiamentos	7.674	7.515
Impostos e contribuições a recolher	434	584
Dividendos a pagar	3.242	534
Arrendamento	89	77
Contas a pagar risco hidrológico	–	2.302
Outras contas a pagar	53	73
Total do passivo circulante	15.705	15.165
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	107.369	113.913
Arrendamento	80	159
Total do passivo não circulante	107.449	114.072
Patrimônio líquido		
Capital social	142.582	142.582
Reservas de lucros	9.471	15.571
Total do patrimônio líquido	152.053	158.153
Total do passivo e do patrimônio líquido	275.207	287.390

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	8.807	2.248
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	8.807	2.248

Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP 217.225/O-5
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ-119.036-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Receita operacional líquida	34.962	28.636
Custo de geração de energia	(13.896)	(13.006)
Lucro bruto	21.066	15.630
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(525)	(476)
Outras (despesas) receitas operacionais	(180)	127
	(705)	(349)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	20.361	15.281

Resultado financeiro	2022	2021
Receitas financeiras	860	1.367
Despesas financeiras	(11.027)	(12.987)
	(10.167)	(11.620)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.194	3.661
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.386)	(1.413)
	(1.386)	(1.413)
Lucro líquido do exercício	8.808	2.248

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	142.582	902	12.955	–	156.439
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.248	2.248
Constituição de reserva legal	–	113	–	(113)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(534)	(534)
Constituição de reserva de lucros	–	–	1.601	(1.601)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	142.582	1.015	14.556	–	158.153
Declaração de dividendos do exercício	–	–	(12.816)	–	(12.816)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	8.808	8.808
Constituição de reserva legal	–	440	–	(440)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.092)	(2.092)
Constituição de reserva de lucros	–	–	6.276	(6.276)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	142.582	1.455	8.016	–	152.053

Demonstração do Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.808	2.248
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa		
Depreciação de ativo imobilizado	7.136	7.162
Depreciação de arrendamento	81	27
Juros arrendamento	16	6
Extensão de outorga	–	(61)
Atualização monetária contas a pagar risco hidrológico	–	3.381
Encargos financeiros, líquidos	10.111	8.407
Baixa de ativo imobilizado	187	70
Amortização de despesa de contratação	6	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	359	4.862
Estoques	(64)	(76)
Impostos a recuperar	(6)	(42)
Despesas antecipadas	(20)	(96)
Outros	(1)	3
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	133	(46)
Impostos a recolher	(150)	(84)
Contas a pagar risco hidrológico	(2.302)	(2.414)

	2022	2021
Outras contas a pagar	(20)	79
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	24.274	23.426
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	(2.305)	(149)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(9)	(634)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.314)	(783)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento	(93)	(12)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(7.252)	(7.235)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(9.250)	(8.380)
Dividendos pagos	(12.200)	(3.638)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(28.795)	(19.265)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	(6.835)	3.378
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.512	4.134
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	677	7.512
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(6.835)	3.378
Informações complementares:		
Valores pagos de IR:	882	1.001
Valores pagos de CS:	524	472

Pezzi Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.199.579/0001-38

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	955	3.477
Contas a receber	1.575	2.459
Estoques	1.142	1.194
Impostos a recuperar	44	149
Despesas antecipadas	223	179
Outros	1	1
Total do ativo circulante	3.940	7.459
Não circulante		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	3.999	4.061
Imobilizado	120.853	124.603
Arrendamento	45	114
Depósitos judiciais	–	5
Total do ativo não circulante	124.897	128.783
Total do ativo	128.837	136.242
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Contas a pagar	14.706	1.349
Empréstimos e financiamentos	5.352	5.320
Impostos e contribuições a recolher	392	831
Dividendos a pagar	2.185	965
Arrendamento	73	121
Outras contas a pagar	21	20
Total do passivo circulante	22.729	8.606
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	28.277	33.260
Provisão para contingência	3	3
Arrendamento	–	23
Total do passivo não circulante	28.280	33.286
Patrimônio líquido		
Capital social	70.612	91.254
Reservas de lucros	7.216	3.096
Total do patrimônio líquido	77.828	94.350
Total do passivo e do patrimônio líquido	128.837	136.242

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	9.198	4.061
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	9.198	4.061

Hamilton Ferreira da Silva
Controller CRC 1SP 217.225/O-5
Carlos Gustavo Nogari Andrioli
Diretor CPF 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor CPF 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira
Contador CRC RJ-119.036-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Receita operacional líquida	19.876	28.334
Custo de geração de energia	(7.479)	(18.589)
Lucro bruto	12.397	9.745
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(120)	(119)
Outras receitas operacionais	332	371
	212	252
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	12.609	9.997

Resultado financeiro	2022	2021
Receitas financeiras	711	1.300
Despesas financeiras	(3.263)	(5.884)
	(2.552)	(4.584)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.057	5.413
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(859)	(1.352)
	(859)	(1.352)
Lucro líquido do exercício	9.198	4.061

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	107.238	–	–	(10.984)	96.254
Redução de capital ocorrida no exercício	(5.000)	–	–	–	(5.000)
Redução de capital ocorrida no exercício para Absorção do prejuízo acumulado	(10.984)	–	–	10.984	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.061	4.061
Constituição de reserva legal	–	203	–	(203)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(965)	(965)
Constituição de reserva de lucros	–	–	2.893	(2.893)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91.254	203	2.893	–	94.350
Redução de capital ocorrida no exercício	(20.642)	–	–	–	(20.642)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(2.893)	–	(2.893)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	9.198	9.198
Constituição de reserva legal	–	460	–	(460)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(2.185)	(2.185)
Constituição de reserva de lucros	–	–	6.553	(6.553)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	70.612	663	6.553	–	77.828

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	9.198	4.061
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa		
Depreciação de ativo imobilizado	3.982	3.972
Depreciação de arrendamento	83	112
Extensão de outorga	–	(753)
Juros sobre arrendamento	4	14
Juros sobre risco hidrológico	–	2.602
Encargos financeiros, líquidos	3.247	2.940
Provisão para contingências	–	1
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	884	1.030
Estoques	52	(9)
Impostos a recuperar	105	(108)
Depósitos judiciais	5	–
Despesas antecipadas	(44)	(74)
Outros	–	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	13.357	109
Impostos e contribuições a recolher	(439)	54
Contas a pagar – risco hidrológico	–	(18.177)

	2022	2021
Outras contas a pagar	2	78
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	30.436	(4.147)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	62	(2.031)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(232)	(628)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(170)	(2.659)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(5.205)	(5.192)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(2.993)	(2.944)
Pagamento de arrendamento	(89)	(113)
Redução de capital	(20.642)	(5.000)
Dividendos pagos	(3.859)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(32.788)	(13.249)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(2.522)	(20.055)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.477	23.532
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	955	3.477
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(2.522)	(20.055)
Informações complementares:		
Valores pagos de IR:	409	765
Valores pagos de CS:	321	415

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 31º 20º 5% 06:00 17:47

Nota

GOVERNO DO ESTADO CELEBRA AUMENTO DA EXPORTAÇÃO DE PEIXES PRODUZIDOS NO RIO

O Governo do Rio de Janeiro comemora o aumento da exportação de pescados produzidos no estado. Com os incentivos dados ao setor, o faturamento dos produtores fluminenses quase dobrou de um ano para outro: em 2021 foram exportados 160.238 mil quilos de peixes, com valor de cerca de US$ 1,20 milhão. Já em 2022, foram 169.726 quilos, gerando faturamento em torno de US$ 2,24 milhões. E, para manter o mercado aquecido em 2023, o Estado já planeja novos programas e ações para capacitar e melhorar a estrutura da piscicultura fluminense. Além de celebrar o sucesso do setor pesqueiro como atividade econômica, geradora de emprego e renda, o Estado, por meio da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro, a Fiperj, também está de olho no produto comercializado nos municípios fluminenses. Técnicos do órgão costumam acompanhar a produção e levam dicas para os principais mercados de peixes, para que o consumidor saiba identificar os produtos mais frescos.

CONCESSÃO DE LICENÇA

SPE RIO 2 LTDA, CNPJ 43.791.907/0001-29, torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/06570.01, Licença Municipal Prévia - LMP nº 2023/00008 com validade até 22/03/2027 para Desenvolvimento de Projeto para Construção de Grupamento Residencial Multifamiliar na Rua Franz Weissman, Lote 2 resultante do desmembramento dos lotes 1 e 2 do PAL 44082 com os lotes 5 e 6 da Quadra C do PAL 39024, Jacarepaguá/RJ.

GF PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 15.510.909/0001-67 NIRE 3330030247-6

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2023: 1. **DATA, HORA E LOCAL:** Às 10:00 horas do dia 06 de março de 2023, na sede social da **GF PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), situada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua General Polidoro, 158, Botafogo, CEP 22280-005. 2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** A Assembleia Geral Extraordinária foi convocada na forma do Art. 124, §1º, I da Lei nº 6.404/76, através dos editais de convocação publicado no Diário do Acionista em 1ª Convocação nos dias 07/02/2023, 08/02/2023 e 09/02/2023 e, em 2ª Convocação nos dias 27/02/2023, 28/02/2023 e 01/03/2023, com cópia em anexo. 3. **MESA:** Luiz Fernando Froimtchuk – Presidente; Miguel José Froimtchuk – Secretário. 4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) O aditamento do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e garantia adicional real, em série única, para colocação privada, da GF Participações S.A."* ("Escritura da 1ª Emissão"), firmado 10 de julho de 2020 ("1ª Emissão"), para o fim de: (a) alterar o percentual da Remuneração Mínima (como ali definido) para 17% (dezessete por cento) ao ano; e (b) alterar os Índices Financeiros (como ali definido) estabelecidos no Anexo 5.3.3(xix) da Escritura da 1ª Emissão; (ii) caso aprovado o item (i) acima, o aditamento das condições do bônus de subscrição emitido pela Companhia em 10 de julho de 2020, para o fim de excluir o conceito de Valor de Referência do EV ali constante; (iii) caso aprovados os itens (i) e (ii) acima, a aprovação do aditamento dos instrumentos contratuais de garantias à 1ª Emissão; (iv) caso aprovadas as matérias acima, autorização aos Diretores da Companhia para adotar todas e quaisquer providências e celebrar todos os documentos relacionados às deliberações acima. 5. **DELIBERAÇÕES:** Passando à ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade dos votos dos presentes e sem quaisquer reservas ou ressalvas: 5.1. Autorizar a lavratura desta ata em forma sumária, bem como sua publicação nos termos da Lei das Sociedades por Ações; 5.2. Registrar a informação prestada pelos administradores da Companhia de que no dia 31 de agosto de 2022, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da Companhia ("AGD 2022") na qual, dentre outras deliberações, a Companhia foi autorizada, de forma que não fossem caracterizados como Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos à AGD (conforme definido na Escritura da 1ª Emissão), a realizar a captação de recursos no montante de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), por meio de nova emissão de debêntures ou de financiamento bancário, com as características e nos termos e condições previstos na ata da AGD 2022 ("Captação 2022"); 5.3. Registrar que, no mesmo dia 31 de agosto de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE 2022") na qual, dentre outras deliberações, foi aprovado o aditamento, sob condição suspensiva, das condições da 1ª Emissão, para o fim de (i) alterar o percentual da Remuneração Mínima para 17% (dezessete por cento) ao ano; (ii) alterar os Índices Financeiros; e (iii) aprovar o aditamento dos documentos da 1ª Emissão referidos no item 5.4 abaixo; 5.4. Em decorrência das deliberações tomadas na AGD 2022 e na AGE 2022, foram celebrados o Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão, o Primeiro Aditamento ao Bônus de Subscrição, o Primeiro Aditamento Alienação Fiduciária e o Primeiro Aditamento Contrato de Cessão Fiduciária de Quotas, todos esses documentos celebrados sob condição suspensiva, que foi posteriormente verificada, passando aqueles documentos a serem plenamente eficazes; 5.5. Uma vez que a condição suspensiva referida no item anterior foi verificada, as matérias objeto do item (i) (a) e do item (ii) da Ordem do Dia perderam o objeto, não havendo mais o que deliberar a esse respeito. 5.6. O Presidente informou também aos presentes que em Assembleia Geral de Debenturistas da Companhia ("AGD 2023") realizada em 03 de março de 2023 às 11 horas, a Debenturista concedeu anuência prévia para (a) alteração dos Índices Financeiros e inclusão de nova garantidora fidejussória, como referido no item (i) da Ordem do Dia, e (b) realização de uma nova captação de recursos no montante total de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) por meio da 2ª Emissão, a qual será vinculada à emissão de certificados de recebíveis imobiliários, observado que parte dos recursos captados através da 2ª Emissão deverá, mandatoriamente, ser destinada ao pré-pagamento dos Financiamentos Ponte, com exceção dos Financiamentos Santander, que poderão ou não ser pré-pagos, a critério da Companhia, observada a limitação de Endividamento Total Adicional Permitido. 5.7. Aprovar, nos termos do artigo 59 e do artigo 122, inciso IV da Lei das Sociedades por Ações, o aditamento das condições da 1ª Emissão, para o fim de alterar os Índices Financeiros a serem calculados pela Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas da Companhia ao final de cada trimestre, conforme estabelecidos no Anexo 5.3.3(xix) da Escritura da 1ª Emissão, cujo inteiro teor consta do **Anexo I** a esta Ata e é ora aprovado pelos acionistas e pela Debenturista, e é por eles rubricada e entregue à mesa para arquivamento na sede da Companhia e substituirá o inteiro teor do referido anexo à Escritura da 1ª Emissão. As demais condições da 1ª Emissão não expressamente modificadas permanecem inalteradas e são ora ratificadas pelos acionistas. 5.8. Aprovar a assinatura, pelos administradores da Companhia, do "*Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e Garantia Adicional Real, em Série Única, para Colocação Privada, da GF Participações S.A.*", a ser celebrado pela Diretoria da Companhia, com o teor constante do **Anexo II** a esta Ata, que foi previamente apresentado aos acionistas e à Debenturista, por eles rubricada e entregue à mesa para arquivamento na sede da Companhia. 5.9. Aprovar a minuta do Segundo Aditamento ao Bônus de Subscrição, para excluir a sua cláusula 27, a ser celebrada pela Diretoria da Companhia, com o teor constante do **Anexo III** a esta Ata, que foi previamente apresentada aos acionistas e à Debenturista, por eles rubricada e entregue à mesa para arquivamento na sede da Companhia. 5.8.1 De igual maneira, a Debenturista, enquanto titular do Bônus de Subscrição, tendo sido previamente consultado pela Companhia a respeito das alterações ora aprovadas, manifestou-se favoravelmente em sede de Assembleia Geral de Debenturista realizada em 03 de março de 2023, às 11 horas. 5.10. Aprovar o aditamento das condições das garantias à 1ª Emissão, exclusivamente para refletir as alterações objeto do Segundo Aditamento à Escritura da 1ª Emissão aprovadas no item 5.7 desta Assembleia. As demais condições das garantias à 1ª Emissão não expressamente modificadas permanecem inalteradas e são ora ratificadas pelos acionistas. 5.10.1. De igual maneira, a Debenturista, enquanto credora e beneficiária das garantias à 1ª Emissão, tendo sido previamente consultada pela Companhia a respeito das alterações ora aprovadas, manifestou-se favoravelmente em sede de Assembleia Geral de Debenturista realizada em 03 de março de 2023, às 11 horas. 5.11. Aprovar a minuta do "*Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças*" ("Segundo Aditamento Contrato de Cessão Fiduciária"), a ser celebrado ou autorizado pela Diretoria da Companhia, conforme o caso, com o teor constante do **Anexo IV** a esta Ata, que foi previamente apresentada aos acionistas e à Debenturista, por eles rubricada e entregue à mesa para arquivamento na sede da Companhia; 5.12. Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar todos os instrumentos relacionados às deliberações acima, inclusive o Segundo Aditamento à Escritura da 1ª Emissão, o Segundo Aditamento ao Bônus de Subscrição, o Segundo Aditamento Contrato de Cessão Fiduciária, as atas das deliberações de quotistas das Garantidoras para aprovar a prática e assinatura de todos os atos e instrumentos relacionados às deliberações aprovadas nesta Assembleia. Os termos e expressões iniciados em letra maiúscula nesta Ata terão o significado a eles atribuídos na Escritura da 1ª Emissão, na AGE 2022, na AGD 2022 e na AGD 2023, a não ser que outro significado tenha sido a eles expressamente aqui atribuído ou indicado. **ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Rio de Janeiro, 06 de março de 2023.

Luiz Fernando Froimtchuk — Presidente e Acionista
Miguel José Froimtchuk — Secretário e Acionista

Fundo BBI Financial I - Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes Inovadoras, por sua administradora Finhealth Gestão de Recursos S.A.
Nome: João Paulo Vasco Poiares Baptista.
Nome: Viviane Fernandes Ribeiro

Campos

Professor 'matou' grávida porque não queria se divorciar

A Polícia Civil fluminense concluiu, na segunda-feira passada, que Diogo Nadai, 39, mandou matar a engenheira Letycia Peixoto Fonseca, 31, para manter o casamento dele com uma professora e por vergonha da família. O crime ocorreu em 2 de março, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro.

Letycia, que estava grávida de oito meses, foi morta na porta de casa quando estacionava o carro. Imagens de câmeras de segurança mostram dois homens em uma moto parando ao lado do veículo e o que está na garupa atira contra ela. O bebê também não sobreviveu.

Nadai está preso desde 7 de março e sua defesa tenta uma liminar para soltá-lo. No último dia 27, ele ficou em silêncio durante acareação realizada na Promotoria.

Outros quatro suspeitos de envolvimento no crime também estão presos.

De acordo com a polícia, Nadai, que é casado há 13 anos com outra professora, manteve nos últimos oito anos um relacionamento extraconjugal com Letycia, que era sua aluna.

Letycia, por sua vez, acreditava estar em um relacionamento com um homem divorciado, ainda segundo a polícia. Já a esposa de Nadai não sabia da existência de Letycia.

"Esse relacionamento com a Letycia parecia ser apenas um esquema fora do casamento, e não uma relação séria, até que, em 2018, ela engravida", disse a delegada Natalia Patão, que conduziu a investigação, em entrevista na noite de segunda-feira passada. Letycia sofreu um aborto espontâneo.

Em 2019, de acordo com testemunhas ouvidas pela polícia, Nadai afirmou que estava divorciado e passou a morar também com Letycia. "As mentiras, a partir daí, foram sucessivas e infinitas. Ele tinha que conseguir manter dois relacionamentos que dizia para ambas se um relacionamento firme", disse a delegada.

Para a Letycia, Nadai afirmava que estava em viagens de pôquer, pois os campeonatos ocorriam fora do Rio de Janeiro e duravam até dez dias, segundo a polícia. Para a esposa, contava que estava em depressão e passava noites dormindo em uma clínica psiquiátrica.

Outras desculpas, diz a polícia, também eram usadas, como viagens a trabalho e para visitas a parentes distantes.

"Com a gravidez da Letycia, ele já não tem mais aquela opção que ele tinha durante os oito anos, ele já não tinha mais possibilidade de escolha. A família do Diogo se apresenta com valores éticos, com princípios morais, com convicções, com crenças religiosas", afirmou a delegada. "Os amigos dele também narram que ele era moralista, então ele não tinha como apresentar um filho fora do casamento para a família."

Segundo a delegada, Nadai contratou Gabriel Machado para intermediar o crime. Gabriel, por sua vez, contratou Dayson dos Santos como atirador, e Dayson chamou Fabiano Conceição.

Em depoimento à polícia, Fabiano afirmou que dirigiu a moto utilizada no ataque e que teria sido contratado para um roubo, não um homicídio. Já Dayson, apontado pela polícia como autor dos disparos contra a engenheira, permaneceu em silêncio na delegacia. Os advogados deles não foram localizados pela reportagem.

Fotos do carro que Letycia usava, além da foto do crachá de trabalho, foram enviadas aos atiradores.

Os acusados devem responder por homicídio triplamente qualificado e pelo feminicídio contra gestante.

Vacina bivalente

Covid: 833 mil idosos ainda não tomaram dose de reforço no Rio

FRANCISCO EDUARDO FERREIRA/ABRASIL

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS), informou, ontem, que 833 mil idosos ainda não procuraram os pontos de imunização para receber o reforço da vacina bivalente contra a Covid-19. O medicamento está liberado para pessoas com 60 anos ou mais; pessoas com deficiência permanente (PcD) com 12 anos ou mais; gestantes e puérperas; trabalhadores da saúde e pessoas imunocomprometidas com 12 anos ou mais.

Em nota, a SMS disse que, para receber a dose de reforço, é preciso ter tomado as duas doses do esquema inicial há pelo menos quatro meses.

O secretário municipal de Saúde, Rodrigo Prado, explicou que a vacina bivalente oferece a proteção contra variantes da Covid-19. Ele pede para que os moradores do Rio atualizem a caderneta de vacinação para a proteção individual e manutenção do "cenário epidemiológico controlado".

VACINAÇÃO EM ATRASO

O atraso dos idosos em ir aos postos de saúde contrasta com a grande procura pela vacina no início da campanha de imunização em 2021. Na primeira etapa da vacinação, o Rio de Janeiro alcançou a cobertura de 90% dos idosos imunizados com a primeira dose em cerca de três meses, segundo a secretaria.

ONDE SE VACINAR

Os moradores do Rio podem se vacinar nas 237 Clínicas da Família e em postos de saúde. Além disso, há um drive-thru para imunização no Super Centro Carioca de Vacinação, em Botafogo, ao lado do Hospital Municipal Rocha Maia. Ele fica aberto todos os dias de 8h às 22h.

Todas as unidades de Atenção Primária da cidade também realizam a vacinação em domicílio para idosos, pessoas com deficiência e com comorbidades acamados. Para isso, é necessário que um familiar entre em contato com a unidade de saúde de referência solicitando o serviço. A vacinação será agendada em até 30 dias.

Também há pontos de vacinação na Cidade das Artes, na Barra da Tijuca; no Museu da República, no Catete; no Planetário, na Gávea; no shopping do Méier; no Parque Shopping Sulacap e no Bangu Shopping.

GF PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 15.510.909/0001-67 NIRE 33300302476

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2023: 1. **DATA, HORA E LOCAL**: Às 15horas do dia 02 de março de 2023, na sede social da **GF PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), situada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua General Polidoro, 158, Botafogo, CEP 22280-005. 2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Em vista da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, foram dispensadas as formalidades de convocação para a realização desta reunião, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. 3. **MESA**: Luis Claudio Garcia de Souza - Presidente; Viviane Fernandes Ribeiro - Secretária. 4. **ORDEM DO DIA**: **4.1.** Deliberar sobre a autorização à Diretoria para solicitar ao titular das Debêntures objeto da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e garantia adicional, em série única ("Emissão"). I. anuência prévia para celebrar o segundo aditamento do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e garantia adicional real, em série única, para colocação privada, da Companhia ("Escritura da Primeira Emissão"), no montante de R$ 30.000.00,00 (trinta milhões de reais) realizada em 31 de julho de 2020 e aditado em 31 de agosto de 2022 ("Primeira Emissão"), firmado pela Companhia e pela BLUE LIKE AN ORANGE SUSTAINABLE CAPITAL FUND SICAV-SIF SCS, única titular da totalidade das debêntures objeto da Primeira Emissão ("Debenturista"), arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA em 06/08/2020 sob o n.º ED333006122000, para alterar os Índices Financeiros a serem calculados pela Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas da Companhia ao final de cada trimestre, conforme estabelecidos no Anexo 5.3.3(xix) da Escritura da Primeira Emissão, com a consequente substituição do inteiro teor do referido anexo e incluir o BSB (conforme definido abaixo) entre as garantidoras fidejussórias das obrigações da Companhia decorrentes da Escritura da Primeira Emissão (vide 5.1). II. anuência prévia para aditamento do bônus de subscrição emitido pela Companhia em 10 de julho de 2020 e aditado em 31 de agosto de 2022 ("Bônus de Subscrição") em benefício do Debenturista no âmbito da Primeira Emissão, como vantagem adicional, para excluir o seu item 27; III. anuência prévia para aditamento da cessão fiduciária objeto do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Quotas"), celebrado em 10 de julho de 2020, e aditado em 31 de agosto de 2022, arquivado junto ao 6º. Cartório do Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro em 12.08.2020 sob a matrícula 1385138, e junto ao 1º Cartório do Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Niterói em 11.08.2020 sob a matrícula 90911, tendo por objeto a cessão fiduciária pela Companhia em favor do Debenturista, da totalidade das quotas de titularidade da Companhia do capital social da (i) Setre Servico de Tratamento e Reabilitação Especializada Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 39.490.024/0001-01 ("NIT"); (ii) Sociedade Hospitalar 4 de Julho Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 22.807.000.0001-30 ("BTF"); (iii) Hospital do Rocha Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 14.885.496/0001-32 ("ROC"); (iv) Hospital Placi Barra Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 45.936.046/0001-55 ("Barra"); e (v) Hospital Placi Brasília Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 48.904.832/0001-69 ("BSB") e, em conjunto com ROC, NIT, BTF e Barra, as "Garantidoras")("Cessão Fiduciária de Quotas"), de modo a refletir as alterações objeto do Segundo Aditamento à Escritura da Primeira Emissão; IV. anuência prévia para a realização de captação de recursos no montante total de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) por meio da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em série única, da Emissora ("2ª Emissão"), a qual será vinculada à emissão de certificados de recebíveis imobiliários, observado que o montante total de endividamento da Emissora, excetuado o montante referente às Debêntures, não poderá ultrapassar R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ("Endividamento Total Adicional Permitido"); IV.2 caso aprovadas as matérias acima, autorizar os membros da Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários a formalizar a proposta e deliberação pelo Debenturista, em especial a assinatura da respectiva ata de assembleia geral de debenturistas, e de todos os demais instrumentos relacionados à deliberação acima. 5. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a presente Reunião, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer reservas ou ressalvas: 5.1. Autorizar a Diretoria da Companhia a solicitar ao titular das Debêntures objeto da Primeira Emissão anuência prévia para: (I) o aditamento da Escritura para alteração dos Índices Financeiros, nos termos previstos no Anexo 5.3.3(xix) da Escritura, cujo inteiro teor consta do **Anexo I** a esta Ata e inclusão do BSB entre as garantidoras fidejussórias das obrigações da Companhia decorrentes da Escritura; (II) o aditamento do Bônus de Subscrição em benefício do Debenturista no âmbito da Primeira Emissão, como vantagem adicional, para excluir o seu item 27; (III) aditamento do Contrato de Cessão Fiduciária de Quotas celebrado em 10 de julho de 2020, e aditado em 31 de agosto de 2022, arquivado junto ao 6º. Cartório do Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro em 12.08.2020 sob a matrícula 1385138, e junto ao 1º Cartório do Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Niterói em 11.08.2020 sob a matrícula 90911, tendo por objeto a cessão fiduciária pela Companhia em favor do Debenturista, da totalidade das quotas de titularidade da Companhia do capital social das Garantidoras, para incluir entre as garantias prestadas naquele instrumento a cessão fiduciária das quotas do capital social do BSB; (IV) realização de captação de recursos no montante total de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) por meio da 2ª Emissão, a qual será vinculada à emissão de certificados de recebíveis imobiliários, observado que o montante total de endividamento da Companhia, excetuado o montante referente às Debêntures, não poderá ultrapassar o Endividamento Total Adicional Permitido; 5.2. Autorizar os membros da Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários a formalizar a proposta e deliberação pelo Debenturista, em especial a assinatura da respectiva ata de assembleia geral de debenturistas, e assinatura de todos os instrumentos relacionados à deliberação acima. 6. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lavrada, aprovada e assinada por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2023

Luis Claudio Garcia de Souza — Presidente
Viviane Fernandes Ribeiro — Secretária
Luiz Fernando Froimtchuk
Paulo Lerner Froimtchuk
João Paulo Vasco Poiares Batista

Veículos

Força-tarefa aumenta número de fiscalizações

A força-tarefa do Governo do Estado que reúne agentes do Detran.RJ, Detro, policiais civis e militares para reprimir a circulação de veículos irregulares amplia suas ações: desde a manhã de ontem são 12 operações diárias, em todo estado, chegando à marca de 10.568 motos rebocadas.

"A ação integrada do estado começou em julho do ano passado, com seis operações, que hoje passam a ser 12. No início de maio, passarão a ser 16, mais do que o dobro do alcance inicial", anunciou o presidente do Detran.RJ, Adolfo Konder.

"O objetivo do estado, com toda essa mobilização, é oferecer mais segurança à população. A ação tem como foco as motos irregulares. Mas qualquer veículo irregular ou suspeito pode ser rebocado, multado ou removido", lembrou Marcus Moreira, coordenador de Fiscalização do departamento.

As operações, que já aconteciam em diversos pontos do Estado do Rio (como Baixada Fluminense, Região Metropolitana, Zonas Sul, Norte e Oeste da capital), chegam agora ao interior do território fluminense, em locais como Barra do Piraí, Miguel Pereira, Engenheiro Pedreira, Vassouras, Piraí, entre outros municípios.

As operações acontecem em todos os turnos, de manhã, à tarde e à noite, diariamente, incluindo fins de semana. Desde o início das atividades da força-tarefa, no ano passado, já foram realizadas 1.501 operações, com 85.760 veículos abordados e 10.568 motos rebocadas - destas, 2.921 com problemas de placas - e mais de 260 CNHs recolhidas por diversos motivos.

EDUCAÇÃO

Cronograma de efetivação do Novo Ensino Médio é suspenso

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O governo federal oficializou a suspensão do cronograma de implementação do Novo Ensino Médio. A decisão, que vinha sendo aguardada nos últimos dias, será publicada em portaria do Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União (DOU), mas já foi antecipada pelo titular da pasta, Camilo Santana, em entrevista a jornalistas, na tarde desta terça-feira, em Brasília.

"Nós reconhecemos que não houve um diálogo mais aprofundado da sua implementação, não houve uma coordenação por parte do Ministério da Educação. O ministério foi omisso, principalmente no período difícil que foi a pandemia nesse país, e há a necessidade de a gente poder rever toda essa discussão", afirmou Santana.

Mais cedo, ele se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, onde discutiu o assunto. Esta nova portaria suspenderá por 60 dias todos os prazos de uma outra portaria editada em 2021, também pelo MEC, incluindo o prazo para que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) atualizasse as mudanças de avaliação com base no Novo Ensino Médio.

A revogação do Novo Ensino Médio tem sido uma reivindicação de entidades estudantis e de muitos especialistas. No início do mês passado, o MEC abriu consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio, que ainda deve durar cerca de dois meses, com possibilidade de prorrogação.

"Essa comissão está se reunindo, teve quatro reuniões, nós estamos num processo de consulta, de discussão, para que a gente possa aperfeiçoar e melhorar todo o ensino médio", destacou o ministro, dizendo que essa revisão incorpora a participação de amplos setores da sociedade e dos governos.

"De forma democrática, vamos ouvir as entidades, vamos ouvir os estados que executam as políticas, vamos ouvir os professores, as entidades estudantis, para que a gente possa tomar decisões com responsabilidade", acrescentou.

Para o ministro da Educação, não houve orientação adequada na formação de professores nem adaptação de infraestrutura necessária nas escolas. "Não se faz uma mudança no ensino médio de um país de uma hora para outra. Isso é um processo".

A atual política do Ensino Médio foi criada pela Lei 13.415 de 2017, no governo de Michel Temer, com o objetivo de tornar a etapa mais atrativa, implantar o ensino integral e evitar que os estudantes abandonem os estudos.

Com o modelo, parte das aulas deverá ser comum a todos os estudantes do país, direcionada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na outra parte da formação, os próprios alunos poderão escolher um itinerário para aprofundar o aprendizado. Entre as opções, está dar ênfase às áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ao ensino técnico. A oferta de itinerários, entretanto, depende da capacidade das redes de ensino e das escolas.

A implementação ocorre de forma escalonada até 2024. Em 2022, começou pelo 1º ano do ensino médio com a ampliação da carga horária para, pelo menos, cinco horas diárias. Pela lei, para que o novo modelo seja possível, as escolas devem ampliar a carga horária para 1,4 mil horas anuais, o que equivale a sete horas diárias. Isso deve ocorrer aos poucos.

Segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), mesmo em meio à pandemia de Covid-19, as secretarias estaduais mantiveram o cronograma e todos os estados já estão com os referenciais curriculares do novo ensino médio homologados. Em 2023, a implementação segue com 1º e 2º anos e os itinerários devem começar a ser implementados na maior parte das escolas. Em 2024, o ciclo termina, com os três anos do ensino médio.

Sobre o Enem, Camilo Santana explicou que nenhuma alteração na prova ocorrerá este ano, como já estava previsto, e que eventuais mudanças na prova para 2024, quando os três anos do Novo Ensino Médio estiverem implantados nas redes de ensino, serão definidas após a discussão dessa comissão criada pelo MEC. Como o ano letivo já está em andamento, e 2023 corresponde à implantação do Novo Ensino Médio para alunos do segundo ano, não há mudanças imediatas para as escolas que já promoveram as adaptações.

CONTRABANDO

Bolsonaro deve depor hoje à PF sobre joias da Arábia Saudita

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vai prestar depoimento à Polícia Federal sobre o caso das joias da Arábia Saudita hoje de forma presencial em Brasília, segundo confirmou a reportagem com fontes da Polícia Federal e interlocutores próximos de Bolsonaro.

Também depõem no mesmo dia e horário o militar Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência da República, Marcelo Câmara, assessor de Bolsonaro, e o ex-chefe da Receita Federal, Júlio Cesar Vieira Gomes.

Presentes enviados pelo governo da Arábia Saudita por meio do ex-ministro Bento Albuquerque foram entregues para compor o acervo pessoal de Bolsonaro, em novembro de 2022.

Bento depôs sobre o caso em março, por videoconferência, e blindou Bolsonaro, ao afirmar que havia se surpreendido com os presentes serem joias caras e não haver conversado com o ex-presidente sobre isso.

Um conjunto de joias avaliadas em R$ 16,5 milhões, que seria para Michelle, foi retido pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos (SP).

Bolsonaro teria agido diretamente para liberar os objetos, interferindo na Receita Federal. As joias deveriam fazer parte do acervo público da Presidência, não de seu acervo pessoal. O TCU (Tribunal de Contas da União) obrigou o presidente a devolver as joias.

Reportagens mostraram que ele recebeu outras joias, que também terão de ser devolvidas.

FORÇAS ARMADAS

Médica da Marinha é promovida e se torna 1ª almirante negra

A médica Maria Cecília Barbosa da Silva Conceição foi promovida pela Marinha ao posto de almirante, tornando-se a primeira mulher negra a alcançar o posto na história da Força. A promoção foi definida em fevereiro pelo almirantado, e a nomeação foi confirmada na última semana. Ela participou ontem da cerimônia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cumprimentou os oficiais-generais recém-promovidos, no Palácio do Planalto.

"Eu estou bastante feliz, me sinto recompensada. Nossa carreira na Marinha do Brasil é cercada de momentos difíceis, momentos bons, e a instituição abre essa oportunidade para que as oficiais alcancem, por mérito próprio, postos mais elevados durante a carreira. Me sinto recompensada e feliz por estar fazendo parte do grupo de almirantes da Marinha", disse Maria Cecília à Folha de S.Paulo.

Com a promoção, a almirante ocupará o cargo de diretora do Departamento de Saúde e Assistência Social da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa. "Acho que isso (promoção) tem que ser um estímulo para que mais mulheres entrem nas Forças Armadas porque ela pode atingir até o posto mais alto. As mulheres só começaram a ingressar na Marinha em 1981 e, a partir de agora, deve se tornar cada vez mais natural que nós consigamos atingir os altos níveis, estes postos de almirante", disse. Antes de Maria Cecília, somente duas outras mulheres haviam alcançado o posto de almirante --a cúpula da Marinha. A primeira foi a médica Dalva Maria Carvalho Mendes, em 2012. Ela entrou na Marinha em 1981, ano que a Força permitiu o ingresso de mulheres. Em 2018, a Marinha promoveu ao posto de contra-almirante a engenheira Luciana Mascarenhas da Costa Marroni. "Agora foi a minha vez. Acredito que daqui para frente outras almirantes vão surgir porque nos quadros já entram grande número de mulheres", concluiu Maria Cecília.

A Marinha e a Aeronáutica já promoveram mulheres aos cargos de oficiais-generais na última década. O Exército foi o último a permitir que mulheres participassem de cursos preparatórios para o generalato, e a previsão é que as primeiras a chegarem ao posto alcancem o posto em 2027.

Para chegar ao cargo de general quatro estrelas, o mais alto da carreira, o militar precisa entrar no Exército pela Aman (Academia Militar das Agulhas Negras). A primeira turma com mulheres só finalizou o curso em 2021, após 210 anos de história da instituição.

A cerimônia de cumprimento dos oficiais-generais recém-promovidos foi realizada nesta terça no contexto em que as Forças Armadas e o presidente Lula ensaiam uma reaproximação, após período conturbado em que os militares misturaram-se à política na esteira do bolsonarismo.

O evento, no Planalto, é o primeiro de uma série que o Exército prepara para este mês, com a expectativa de que Lula participe de alguns deles. Em 19 de abril, Dia do Exército, o presidente deve participar da comemoração da data; um almoço entre o mandatário e os generais do Alto Comando da Força também deve ser realizado neste mês.

MINAS GERAIS

Aumento 'vergonhoso' de 258% para Zema é aprovado em 1º turno

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou em primeiro turno ontem o projeto que concede um reajuste de 258% no salário do governador Romeu Zema (Novo), além de conceder aumentos para vice-governador, secretários e secretários- adjuntos.

O Projeto de Lei teve voto favorável de 45 deputados estaduais e voto contrário de outros 21. A matéria ainda será apreciada pela Assembleia Legislativa em segundo turno, o que deve ocorrer na semana que vem.

Caso o projeto seja aprovado em definitivo, o salário de Zema subirá de R$ 10.500 para R$ 37.589,96. Os vencimentos do vice-governador sairão de R$ 10.250 para R$ 33.830,96, reajuste de 230%.

Secretários passarão de R$ 10 mil para R$ 31.238,19 e secretários-adjuntos de R$ 9.000 para 28.114,37, alta de, em ambos os casos, aproximadamente 212%.

O texto prevê outros dois aumentos a partir do ano que vem. No caso do contracheque do governador, se o projeto for aprovado, o valor passará de R$ 37.589,96 para R$ 39.717,69 em fevereiro de 2024 e para R$ 41.845,49 em fevereiro de 2025.

O vice-governador, secretários e secretários-adjuntos também terão aumentos nos próximos dois anos, caso a medida se concretize.

O projeto foi apresentado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa a pedido do governador. O objetivo é adequar as remunerações do governador, vice, secretários e secretários-adjuntos para recompor as perdas decorrentes da inflação acumulada no período.

Os valores dos atuais salários estão em vigor desde janeiro de 2007. A inflação acumulada pelo IPCA no período é de cerca de 150%.

Há dez dias, o governador foi às redes sociais defender os reajustes: "Para Minas continuar avançando é preciso atrair e manter os mais competentes nos quadros técnicos. São mais de 15 anos de congelamento dos salários dos secretários estaduais, situação incompatível com o cargo".

Empresário, o governador Zema, na sua primeira campanha pelo governo de Minas, em 2018, afirmou que abriria mão de seu salário. Ao assumir, anunciou que doaria o valor para instituições de apoio social.

Ao mesmo tempo em que salários do governador, vice e secretários, o Projeto de Lei também limita o recebimento de jetons para este grupo de servidores.

A proposta prevê que eles só poderão ser remunerados pela participação apenas de conselho administrativo ou fiscal da administração direta ou indireta.

A oposição chegou a apresentar uma emenda que propunha a vedação

DOENÇA

Cresce número de crianças internadas por vírus respiratório

O Boletim InfoGripe, divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) ontem, aponta que aumentou muito em 15 estados o número de crianças internadas por vírus respiratório.

O crescimento de internações de adultos por covid-19, segundo o boletim, é observado em 10 estados e atinge com risco muito maior àqueles que estão em atraso com o calendário de vacinação ou que sequer foram imunizados com a primeira dose da vacina.

A análise consta dos dados inseridos no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) e refere-se à Semana Epidemiológica (SE) 12, de 19 a 25 de março.

O estudo aponta que em oito estados - Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio e Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo – e no Distrito Federal constata-se o crescimento de covid-19 em todas as faixas etárias.

CORRUPÇÃO

PGR muda posição e defende rejeição de denúncia contra Lira

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ontem) ao Supremo Tribunal Federal (STF) a rejeição de uma denúncia apresentada pelo próprio órgão contra o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Com base na acusação da PGR, em outubro de 2019, a Primeira Turma do Supremo tornou o presidente réu por corrupção passiva.

Na petição enviada ao Supremo, a vice-procuradora da República, Lindôra Araújo, afirmou que a PGR reavaliou o entendimento sobre o caso e passou a entender que não há provas suficientes para basear a acusação contra Lira.

Segundo Lindôra, como ainda cabe recurso contra a decisão, a procuradoria pode mudar o entendimento sobre o processo, sobretudo após inovações legislativas.

Em outubro de 2019, a Primeira Turma do Supremo tornou o presidente da Câmara réu por corrupção passiva, sob a acusação de receber R$ 106 mil de propina em espécie.

O caso remonta a 2012, quando um dos assessores parlamentares do deputado foi flagrado no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, tentando embarcar para Brasília com a quantia. Após a ocorrência, o próprio Arthur Lira admitiu ter pago as passagens de ida e volta do assessor à capital paulista, mas alegou não saber sobre o dinheiro.

Contudo, segundo a denúncia, apresentada em abril de 2018 pela então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, o deputado orientou o assessor a ocultar o dinheiro nas vestes, junto ao corpo, inclusive dentro das meias, de modo a não ser detectado ao passar pela área de segurança do aeroporto. Ao tentar passar pelo aparelho de raio x, o funcionário foi abordado por agentes aeroportuários e detido pela Polícia Federal.

A denúncia afirmou ainda que a propina teria sido paga pelo então presidente Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Francisco Colombo, com o intuito de angariar apoio político para permanecer no cargo. O MPF apontou que o dinheiro se insere no contexto de outros crimes investigados na Operação Lava Jato e delatados pelo doleiro Alberto Youssef.

Durante o julgamento no Supremo, a defesa de Arthur Lira declarou que as investigações não foram capazes de comprovar que o deputado agiu no sentido de "receber" e que as acusações foram baseadas somente na palavra um delator conhecido por ser "inimigo do deputado".

Nota

JUSTIÇA CONCEDE LIBERDADE A GARIMPEIROS PRESOS EM TERRA YANOMAMI

A Justiça Federal em Roraima concedeu liberdade provisória a três pessoas presas no último domingo, pela Força Nacional, dentro da Terra Indígena Yanomami, na região de Palimiú. O trio portava armas de fogo, munição e balança de precisão, além de uma pequena quantia em ouro. Eles foram liberados na segunda-feira após passarem por uma audiência de custódia em Boa Vista, mas deverão cumprir diversas medidas cautelares. De acordo com o auto de prisão em flagrante, havia quatro garimpeiros armados pernoitando em uma comunidade indígena próxima ao rio Araricoera. A equipe policial avistou uma canoa suspeita durante uma ação de monitoramento na região. Quando os policiais se aproximaram, um dos suspeitos teria apontado uma arma e, por isso, conseguiu fugir; os demais se renderam. O relatório policial mostra que a equipe ainda tentou encontrar o foragido realizando buscas na região. Com os suspeitos presos, foram encontrados dois revólveres calibre 38 e uma espingarda calibre 20, munições, ouro e balança de precisão.

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 29º 19º 5% 06:15 18:01

PREFEITURA

Uso de máscara deixa de ser obrigatório em serviços de saúde

O uso de máscaras deixou, ontem, de ser obrigatório nos serviços públicos de saúde da cidade de São Paulo. A exigência caiu para as pessoas sem sintomas respiratórios.

A decisão foi anunciada pela prefeitura após a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) ter flexibilizado a utilização do item de proteção por pacientes em serviços como hospitais, unidades básicas de saúde e laboratórios, na segunda-feira passada.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) manteve a recomendação do uso de máscara para pessoas com casos suspeitos ou confirmados de Covid-19, seus acompanhantes e pessoas que tiveram contato próximo com caso diagnosticado da doença. A orientação é não retirar a proteção durante a permanência no estabelecimento de saúde, inclusive no quarto ou na enfermaria em que o paciente estiver.

O uso de máscara também é recomendado para profissionais dos serviços de saúde, visitantes, acompanhantes, entre outros, nas áreas de internação, por profissionais que fazem a triagem de pacientes e por profissionais de saúde, dependendo da especificidade da doença.

As mudanças nas regras na capital paulista, segundo a prefeitura, consideram o cenário atual da Covid e a alta cobertura vacinal contra o novo coronavírus.

Segundo dados da Secretaria Municipal da Saúde do último dia 28 de março -balanço mais recente-, 11,6 milhões de pessoas estavam imunizadas ao menos com duas doses da vacina contra a Covid-19.

Ainda de acordo com a pasta, a imunização com a vacina bivalente já atingiu 40% do público-alvo, ou seja, cerca de 803 mil pessoas. A aplicação da nova vacina no município começou em 27 de fevereiro.

A necessidade do uso de máscaras em serviços de saúde existe desde o início da pandemia, em 2020. As recomendações vêm sendo reavaliadas, de acordo com a situação epidemiológica da Covid no país e a partir da análise do cenário de ocorrência de surtos e casos de transmissão intra-hospitalar da doença, entre outros aspectos.

"A Anvisa reforça que a publicação dessa nova versão da Nota Técnica apresenta medidas de prevenção e controle de infecções baseadas em publicações científicas disponíveis até o momento da revisão desse documento", disse.

"Além disso, essa atualização tem como fundamento a opinião e a prática de especialistas de diversas sociedades científicas e regiões do país, com reconhecido saber, podendo ser atualizada de acordo com o surgimento de novas evidências científicas", acrescenta.

34 ACUSAÇÕES

Trump vira 1º ex-presidente dos EUA réu em caso criminal

Donald Trump adiciona mais um aspecto de ineditismo à sua carreira política ontem, quando se torna o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos réu por uma acusação criminal, feito que soma à lista de ter sido a primeira pessoa eleita à cadeira máxima do país sem experiência anterior em cargo público e o primeiro a ser alvo de um processo de impeachment na Câmara duas vezes.

No mais recente ato de sua pré-campanha para a Casa Branca no ano que vem, o republicano deixou a Trump Tower por volta das 13h no horário local, ergueu o punho, em gesto que faz desde que assumiu a Presidência, em 2017, e foi à corte no sul da ilha de Manhattan abarrotada de jornalistas e apoiadores.

No jargão americano, para ser detido após "se entregar" à Justiça, o que significa que foi fichado pela polícia e ouviu as acusações de que é alvo no caso que envolve a compra do silêncio da atriz pornô Stormy Daniels durante a eleição de 2016. Ela recebeu US$ 130 mil (R$ 659 mil) de advogados do então candidato para não revelar um suposto affair com ele, e os gastos foram lançados como "despesas jurídicas", o que seria uma maquiagem de gastos de campanha, segundo investigações.

"Indo para o sul de Manhattan, o tribunal. Parece tão SURREAL —UAU, vão ME PRENDER. Não posso acreditar que isso está acontecendo na América. MAGA (sigla em inglês para faça a América grande de novo, o slogan do republicano)!", publicou ele a caminho da corte em sua rede social, a Truth.

Por volta das 15h30 (no horário de Brasília), Trump entrou no salão do tribunal e ouviu 34 acusações criminais envolvendo falsificação de registros comerciais. Ele negou todas elas. Como não envolve um caso com violência, ele não deve ser preso e será liberado na sequência, quando voltará para a Flórida. Ele planeja discursar para sua base de apoiadores por volta das 21h, no horário de Brasília, em Mar-a-Lago.

Os trâmites no tribunal não foram transmitidos ao vivo, mas o juiz Juan Merchan permitiu que fotógrafos fizessem algumas imagens do processo.

Outra imagem deve entrar para a história, se for de fato feita: sua foto de frente e de perfil como suspeito. Nova York não divulga mais essas "mugshots" desde 2019, mas a equipe de Trump deve ter acesso às imagens para usar como melhor entender na campanha presidencial.

Trump já arrecadou US$ 8 milhões (R$ 40,6 milhões) em doações de apoiadores desde que o indiciamento veio a público, na última semana, segundo a equipe do republicano. O ex-presidente passou parte da segunda-feira compartilhando em sua rede social pesquisas que o apontavam como favorito à indicação de seu partido, com mais de 20 pontos percentuais à frente do governador da Flórida, Ron DeSantis.

A dúvida é se a acusação a um ano e meio da próxima eleição vai de fato ajudar Trump na campanha, como ele deseja. Pesquisa da CNN americana divulgada na segunda-feira apontou que 60% dos americanos aprovam o indiciamento. Apesar disso, 76% afirmam que a decisão da Justiça teve algum componente político —sendo que, para 52%, a política ocupou um espaço central.

Para Thomas Whalen, professor da Universidade de Boston, o processo impulsiona Trump no Partido Republicano no curto prazo e pode levá-lo mais facilmente à indicação da legenda para a Presidência.

"Mas será bom o suficiente para fazê-lo ganhar a eleição geral? Provavelmente não. Não acredito que eleitores independentes vão ter um olhar gentil a esses processos que lançam dúvidas sobre Trump, e eleitores democratas obviamente também não. Então os processos podem ajudá-lo a receber a indicação do partido, mas não vejo como o ajudariam no caminho para a Presidência", diz.

Do lado de fora do tribunal, trumpistas conhecidos foram prestar apoio ao ex-presidente, como os deputados Marjorie Taylor-Greene e George Santos, filho de brasileiros investigado após mentir sobre diferentes aspectos de sua vida e sua carreira durante a campanha.

Escândalos sexuais não são novidade na política americana, muito menos no Salão Oval. O democrata Bill Clinton chegou a mentir sob juramento ao negar ter tido relações sexuais com uma estagiária da Casa Branca e, embora tenha sofrido um impeachment na Câmara —barrado no Senado—, deixou o mandato com 66% de aprovação, quase o dobro dos 34% de Trump ao fim de seu governo.

O ex-senador John Edwards, vice na chapa de John Kerry nas eleições que os democratas perderam para George W. Bush em 2004, foi alvo de um processo similar ao de Trump, quando foi acusado em 2012 de desviar US$ 725 mil de sua campanha ao esconder pagamentos para encobrir um caso extraconjugal, com detalhes que iam da existência de uma "sex tape" a uma filha fora do casamento. Na época, ele afirmou que era "um pecador, não um criminoso" e foi absolvido das acusações.

TECNOCIDADES

Governo lança programa para levar o 5G a municípios

O Governo de SP lançou ontem em São José do Rio Preto, o programa para fomentar a transformação digital nos municípios paulistas. O TecnoCidades tem como foco incentivar e apoiar o desenvolvimento e implantação de novas soluções tecnológicas capazes de melhorar os serviços prestados à população, otimizar a gestão pública e garantir uma economia cada vez mais competitiva.

Ele é fruto de uma iniciativa conjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) com a Desenvolve SP, agência de fomento do Estado, e com a InvestSP, agência de promoção de investimentos do Estado. A primeira frente de trabalho do TecnoCidades é acelerar a chegada da internet 5G – que vai oferecer uma navegação até 100 vezes mais rápida – ao interior do Estado. O tema foi tratado durante seminário nesta terça e a ação será levada a outras regiões no futuro.

"O 5G é essencial para o crescimento de todos os setores da economia. Acredito que podemos chegar a 270 municípios com a tecnologia até o final deste ano e esse é um passo importante para darmos início ao desenvolvimento estabelecido pelo governador Tarcísio de Freitas como um dos pilares desse governo", afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima.

"Esse é um grande movimento liderado pela InvestSP com o intuito de sensibilizar os gestores municipais para que invistam em tecnologia como instrumento de transformação das suas cidades em ecossistemas tecnológicos e inteligentes, com foco na melhoria da qualidade de vida dos moradores e no desenvolvimento sustentável dos municípios", disse a vice-presidente Executiva da InvestSP, Estella Dantas. "A Desenvolve SP busca desempenhar o papel de principal financiadora das cidades inteligentes, especialmente para os pequenos municípios do Estado. Temos os recursos necessários para atender prefeituras em suas necessidades de crédito", afirmou a superintendente de negócios da Desenvolve SP, Antonia Tallarida.

PANORAMA

Dos 645 municípios paulistas, apenas 74 atualizaram a Lei das Antenas, pré-requisito para a chegada da internet 5G. É o que mostra o levantamento realizado pela InvestSP, com base em dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Assim, mesmo havendo liberação da nova tecnologia em 134 cidades, apenas em 61 delas os usuários de telefonia celular conseguem usufruir da conexão até 100 vezes mais rápida.

Isso ocorre pois o lançamento do 5G nas cidades brasileiras necessita de atuação do Governo Federal e dos governos municipais em etapas diferentes.

A primeira é a liberação da frequência necessária para a conexão, ação feita pela Anatel. Vencida esta fase, os municípios precisam alterar as leis que regulamentam onde as novas antenas podem ser instaladas. A atualização é necessária para que as operadoras de telecomunicações invistam na infraestrutura da rede, já que o 5G exige até 10 vezes mais antenas que o 4G. Em todo o Estado, 97 localidades que já possuem autorização da Anatel ainda não atualizaram suas leis.

Com as cidades conectadas, o programa mapeará as principais demandas dos municípios e buscará soluções inteligentes e inovadoras mais adequadas, como o uso de prontuários eletrônicos nas unidades de saúde, a telemedicina, sistemas de vigilância interconectados para reforçar a segurança pública, soluções de controle o fluxo de pedestres e veículos.

GUERRA

Adesão da Finlândia dobra fronteira da Otan com a Rússia

A Finlândia tornou-se ontem o 31º membro da Otan, a aliança militar fundada pelos EUA com seus aliados para conter o avanço da antiga União Soviética na Europa. Setenta e quatro anos depois, segue sua expansão devido à ameaça do Estado sucessor do império comunista, a Rússia de Vladimir Putin.

O ingresso do país é uma derrota estratégica para Putin, que invadiu a Ucrânia há um ano, iniciando um terremoto na arquitetura de segurança mundial. Um ponto central do "casus belli" do Kremlin era evitar que Kiev entrasse na Otan, o que permitiria o posicionamento de forças hostis junto à fronteira russa.

"Hoje é um dia histórico. O presidente Putin foi à guerra contra a Ucrânia com o objetivo declarado de ter menos Otan. Está ganhando o oposto", disse o secretário-geral da aliança, Jens Stoltenberg. A adesão foi consumada com a entrega de sua documentação pelo chanceler finlandês, Pekka Haavisto, ao colega americano Antony Blinken, representante de quem manda no grupo, em Bruxelas.

Até aqui, a Rússia tinha 1.215 km de fronteira com cinco países do bloco, ou 6% do seu total de contato com o mundo por terra. Agora, isso mais que dobra com os 1.340 km russo-finlandeses agregados.

Moscou reagiu previsivelmente com agressividade. O ministro da Defesa, Serguei Choigu, disse que a adesão amplia o risco de o "conflito se expandir", e o porta-voz de Putin, Dmitri Peskov, afirmou que "é um novo agravamento da situação, um ataque à nossa segurança que nos obriga a tomar contramedidas".

Na prática, não há muito o que o Kremlin possa fazer além de reposicionar tropas e armamentos, dado que a adesão garante à Finlândia o acesso ao artigo 5º da carta da Otan: se um membro for atacado, todos o defendem. Terceira Guerra Mundial, em outras palavras.

Os finlandeses ainda mantiveram uma trava de segurança, aprovando o acesso desde que armas nucleares não sejam postadas em seu território. Isso dito, a entrada coroa um processo de união de uma aliança vista como quase morta —de resto, um efeito que a invasão teve no Ocidente, apesar de ampliar as divisões da Guerra Fria 2.0, com China e Rússia do outro lado, além de países que buscam neutralidade.

O presidente americano, Joe Biden, disse estar "orgulhoso" pela adesão, elogiada de forma óbvia pelo ucraniano Volodimir Zelenski. O presidente finlandês, Sauli Niinistö, falou que seu país "entra em uma nova era".

O movimento, contudo, evidenciou fraturas internas importantes da Otan: a Turquia, último país a aprovar em Parlamento o ingresso finlandês, ainda veta a adesão da Suécia à aliança, assim como a Hungria.

País mais poderoso militarmente, o vizinho nórdico fez o pedido de entrada junto à Finlândia em julho passado, mas os turcos resistem à adesão por exigirem que Estocolmo entregue os opositores do governo de Recep Tayyip Erdogan que abriga em exílio. Para piorar a crise, a extrema-direita sueca, cuja franja partidária integra o governo, promove atos periódicos de islamofobia aberta para provocar os turcos.

Já os húngaros, que, assim como os turcos, têm boas relações com Putin, queixam-se das críticas suecas ao governo autocrático de Viktor Orbán. Ambos os países foram os últimos a aprovar a entrada da Finlândia em seus Parlamentos, mas o caso de Budapeste parece ser de mais fácil solução.

Já o de Ancara deverá ser resolvido com o tempo, caso Erdogan assegure a reeleição em maio e a entrega de mais caças F-16 dos EUA para recompor sua frota. Stoltenberg foi otimista, dizendo que "A Suécia será membro permanente", e os EUA pediram que turcos e húngaros cedam logo. Mas o impasse mostra que nem tudo é a união fraterna pintada em discursos oficiais.

Entre os nórdicos, por outro lado, há consenso estabelecido. Tanto que, mesmo sem Suécia na Otan, Finlândia e os outros dois países da região que integram o clube, Dinamarca e Noruega, firmaram um acordo inédito unificando suas Forças Aéreas para melhor reagir às ameaças russas. Não é impossível a replicação desse movimento entre membros menos poderosos militarmente do continente.

SÍRIA

EUA matam líder do EI que planejou atentados na Europa

Um ataque americano matou, ontem, um líder do Estado Islâmico (EI) na Síria, disse o Comando Central dos EUA (Centcom).

Segundo o comunicado, Khalid 'Aydd Ahmad al-Jabouri, um iraquiano que se passava por sírio e era chamado de Khaled, foi responsável pelo planejamento dos ataques do EI na Europa e desenvolveu a estrutura de liderança do grupo terrorista. "Embora degradado, o grupo continua capaz de conduzir operações na região com o desejo de atacar além do Oriente Médio", afirmou o comunicado. O Centcom acrescentou que a morte de al-Jabouri vai "interromper temporariamente a capacidade do grupo de planejar ataques externos".

O Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH) confirmou a morte, destacando que um drone americano atacou o líder do EI na província de Idlib, no noroeste da Síria, em uma área controlada pelos extremistas. De acordo com o Observatório, ele foi morto quando caminhava perto da casa que ocupava e conversava por telefone. O EI reivindicou diversos atentados na Europa na época em que proclamou um califado nas áreas da Síria e do Iraque controladas pelo grupo. Na França, reivindicou os atentados de 13 de novembro de 2015 em Paris, que resultou na morte de 130 pessoas, e de 14 de julho de 2016 em Nice, com 86 vítimas fatais.

Reivindicou ainda três atentados suicidas em 2016 na Bélgica, que deixaram 30 mortos, e os ataques na Espanha em 17 e 18 de agosto, que provocaram 16 mortes. Um relatório da ONU divulgado em fevereiro estima que o grupo tenha de 5 a 7 mil membros e apoiadores, cerca de metade deles combatentes. O documento afirma que a ameaça representada pelo EI e seus afiliados à paz e segurança internacional era alta no segundo semestre do ano passado e aumentou dentro e ao redor das zonas de conflito onde está presente.

À agência de notícias AFP, o fundador da Jihad Analytics, Damien Ferré, disse que al-Jabouri operava a partir da região de Deir Ezzor, no leste da Síria. "Como sempre acontece, ele será substituído por outro", comentou Ferré, que analisa o cenário do extremismo ao redor do mundo e na internet.